01

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

101/2024

Protocolo: 3662/2024

Objeto: ***Contratação de empresa com profissional para realização de 08 (oito) oficinas com o tema "SERÃO OS ADOLESCENTES QUE DARÃO", que possuem como público-alvo prioritário os adolescentes atendidos pelos serviços socioassistenciais do CRAS.***

Prefeitura Municipal de Piên - Rua Amazonas, 373 - Centro - Cep: 83860-000 – Telefone 41- 3632-1136

355 - Prefeitura Municipal de Piên

02

PROTOCOLO

Equiplano

Processo: 3662 / 2024

Requerente: Centro de Referência de Assistência Social (Cras)

Contato: Centro de Referência de Assistência Social (Cras) - Tel: 4136321137 - cras.assistenciasocial@pien.pr.gov.br

Assunto: Protocolo Geral

Descrição: Inexigibilidade de licitaçao para Contratação de empresa com profissional para realização de 08 (oito) oficinas com o tema "SERÃO OS ADOLECENTES QUE DARÃO", que possuem como público-alvo prioritário os adolescentes atendidos pelos serviços socioassistenciais do CRAS.

10 de julho de 2024.

anderleia diana cardoso das neves
Protocolista

500.04h rptProcessoProtocolo

anderleia diana cardoso das neves 10/07/2024 02:32:47

355 - Prefeitura Municipal de Piên

PROTOCOLO

Equiplano

Processo: 3662 / 2024

Requerente: Centro de Referência de Assistência Social (Cras)

Contato: Centro de Referência de Assistência Social (Cras) - Tel: 4136321137 - cras.assistenciasocial@pien.pr.gov.br

Assunto: Protocolo Geral

Descrição: Inexigibilidade de licitaçao para Contratação de empresa com profissional para realização de 08 (oito) oficinas com o tema "SERÃO OS ADOLECENTES QUE DARÃO", que possuem como público-alvo prioritário os adolescentes atendidos pelos serviços socioassistenciais do CRAS.

10 de julho de 2024.

Centro de Referência de Assistência Social
Requerente

500.04h rptProcessoProtocolo

anderleia diana cardoso das neves 10/07/2024 02:32:47

Prefeitura de PIÊN

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil

03

Órgão requisitante:	**Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil**
Nº requerimento:	**35/2024**
Data:	**10/07/2024**

Contratação de empresa com profissional para realização de 08 (oito) oficinas com o tema "SERÃO OS ADOLECENTE QUE DARÃO", que possuem como público-alvo prioritário os adolescentes atendidos pelos serviços socioassistenciais d CRAS.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de 08 (oito) oficinas a ser desenvolvida pela empresa GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA - CNPJ: 53.213.890/0001-86, com o tema "SERÃO OS ADOLECENTES QUE DARÃO" As oficinas ocorrerão entre os meses de agosto a dezembro na sede do CRAS de Piên. A atividade será destinada prioritariamente aos adolescentes dos serviços socioassistenciais do CRAS, abordando os seguintes assuntos: - Expressão emocional - Autoconhecimento, desenvolvimento e aprimoramento das habilidades emocionais. - Estímulos a reflexão e insights - Existência ancorada no século XXI No valor do serviço devem estar inclusos despesas com alimentação, diárias, combustível e demais despesas referentes ao deslocamento e permanência dos profissionais que irá realizar as oficinas.	oficina	08	R$ 1.750,00	R$ 14.000,00

CRONAGRAMA DAS OFICINAS	
1º encontro	- Apresentação individual. - Início do livro. - Palavra-chave e instalação/mural.
2º Encontro	- Livro. - Individualidades: Customização (boné, camiseta, tiara...) - Percussão. - Ciranda
3º Encontro	- Livro - Lambe lambe
4º Encontro	- Livro - Mesa das sensações / mesa dos sentidos - Dança circular
5º Encontro	- Livro - Letramentos: Poesia, ancestralidade, etc

6° Encontro	- Livro - Estêncil
7° Encontro	- Livro - Horta / agricultura urbana
8° Encontro	- Colagem - Autoimagem - Fechamento

O serviço objeto desta contratação é caracterizado como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
A execução do objeto terá prazo definido e execução única.
O serviço não é enquadrado como continuado.

Descrever a justificativa/motivação (apresentar as razões de interesse público que justificam a compra/contratação pretendida, apontando explicitamente a finalidade pública a ser alcançada com a licitação):

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS de Piên) é a unidade pública estatal responsável pela organizaç e oferta de serviços da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), atenden prioritariamente às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, nas áreas de vulnerabilidade e risc sociais. Dentre os serviços ofertados pelo CRAS, está o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCF que objetiva desenvolver ações preventivas e proativas, oferecendo à população que vivencia situações vulnerabilidades sociais, novas oportunidades de reflexão acerca da realidade social, contribuindo dessa forma para planejamento de estratégias e na construção de novos projetos de vida. Uma das formas encontradas para se alcanç os objetivos dos grupos do SCFV é através das atividades de natureza artístico-cultural, desportivas, esportivas lúdicas, que funcionam como estratégias para promover a convivência e a ressignificação de experiências conflituosa violentas e traumáticas vivenciadas por muitos usuários.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS) estabelece diversos grupos que devem ser priorizados nos SCFV, como indivíduos pertencentes à famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, pessoas com deficiência, indivíduos atendidos pelos programas socioassistenciais do municípios. Bem como estabelece a organização dos grupos de atendimento conforme faixas etárias, estabelecendo objetivos e temas a serem trabalhados em cada ciclo da vida.

Para os adolescentes os SCFV Tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, bem con contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalh As atividades devem abordar as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de nov conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem. As atividad também devem desenvolver habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital de modo orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da art cultura e esporte-lazer. As intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e su formas particulares de sociabilidade; sensibilizar para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política seu meio social; criar oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público.

Considerando a necessidade de garantir as ações ofertadas no âmbito do SUAS e a efetivação do direito à convivênc familiar e à proteção da família, bem como, visando o enfrentamento de situações de enfraquecimento ou rompimen de vínculos familiares e comunitários, além de situações discriminatórias e estigmatizantes, será promovida uma aç de caráter não continuada, que terá como público-alvo prioritariamente os adolescentes participantes dos serviç socioassistenciais do CRAS. Assim sendo, objetivamos, através desta contratação, oferecer a Oficina de "SERÃO ADOLECENTES QUE DARÃO" para o SCFV.

Buscamos com estas oficinas proporcionar aos adolescentes meios que potencializem sua existência, desenvolvendo autoconhecimento, ampliando a consciência de que se é e de quem se pretende ser, favorecendo a expressão de su capacidades humanas e desenvolvendo a confiança em si mesmo, no outro e no futuro. Por meio de atividad práticas e lúdicas que desenvolva a expressão emocional, promova o autoconhecimento, estimule o convívio soci expanda as conexões e sensibilize para os desafios sociais as quais estão expostos.

Desta forma, acreditamos restar evidente que a realização desta contratação é de suma importância para desenvolvimento e qualificação dos serviços socioassistenciais prestados pelo município.

A escolha recaiu sobre esta empresa tendo em vista que é inviável a competição através de licitação, pois as oficinas a serem realizadas possuem exclusividade quanto à montagem e abordagem dos temas, pois serão produzidas de maneira exclusiva para atendimento à demanda e necessidade da Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil. Destaca-se que o fornecedor escolhido possui notório reconhecimento e condições de excelência para abordar os temas, conforme demonstra os atestados de capacidade técnica anexos a este processo e detém um vasto repertório e especialidade em tratar conteúdos informativos de conscientização e reflexão às questões emocionais, fatos estes que são indispensáveis para realização e atendimento do objeto proposto. Assim sendo, considerando a exclusividade do serviço a ser contratado, ressaltamos não haver possibilidade de comparação de valores praticados pelo mercado, pois o mesmo não é ofertado por outro prestador.

Esta contratação encontra respaldo no art. 74 da Lei 14.133/2021, que dispõe:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
III - contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

Compra/Contratação é para atendimento de ordem judicial? **( ) Sim** **(X) Não**
Em caso afirmativo descrever qual:

Compra/Contratação exige solicitação de documentos/laudos específicos? **( ) Sim** **(X) Não**
Em caso afirmativo descrever quais as exigências:

Dotação Orçamentária:

10.003.08.244.0012.2031-33.90.39.00.00 – Conta de despesa 3610 – Fonte de Recurso 934

Recursos ( ) Próprios (x) Federais ( )Estaduais
Caso os recursos sejam oriundos de repasses Federais ou Estaduais descrever quais e anexar a esta requisição os documentos pertinentes ao repasse.

Local de entrega/prestação ou execução do serviço/obra:	**Horários:**	**Prazo para entrega/prestação ou execução do serviço/obra:**
CRAS de Piên - Rua Campo Grande, 36, Avencal, Piên-PR	A partir das 13 horas	As oficinas aconteceram entre a segunda quinzena de agosta até a primeira quinzena de dezembro de 2024 em data a serem agendadas, realizadas na sede do CRAS às 13 horas.

Indicação do responsável por recebimento e fiscalização da execução do objeto:
Letícia Inez Schroth Gabardo, Assessora de área III - Matrícula 4765780

Prefeitura de
PIÊN

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil

06

Há licitação em curso para o objeto pretendido? **( ) Sim** **(X) Não**
Em caso afirmativo informar:
a) **Nº do processo licitatório** _____
b) **Nº do contrato/ata de registro de preços vigente**_____
c) **Data de vencimento do contrato/ata de registro de preços**_____
OBS: A informação acima pode ser verificada no Cronograma de Renovação de Licitações disponibilizado pelo Depto. de Licitações e Compras.

Anderleia Cardoso

Responsável pela elaboração
Anderleia Diana Cardoso das Neves
Auxiliar Administrativo – Matrícula 4766039

Secretária Municipal de Assist. Social e Defesa Civil
Kátia Regina Rudnick Cavalheiro Fragoso
Decreto nº 05/2021

Protocolo Depto. Licitações e Compras

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS de Piên) é a unidade pública estatal responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), atendendo prioritariamente às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, nas áreas de vulnerabilidade e riscos sociais. Dentre os serviços ofertados pelo CRAS, está o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que objetiva desenvolver ações preventivas e proativas, oferecendo à população que vivencia situações de vulnerabilidades sociais, novas oportunidades de reflexão acerca da realidade social, contribuindo dessa forma para a planejamento de estratégias e na construção de novos projetos de vida. Uma das formas encontradas para se alcançar os objetivos dos grupos do SCFV é através das atividades de natureza artístico-cultural, desportivas, esportivas e lúdicas, que funcionam como estratégias para promover a convivência e a ressignificação de experiências conflituosas, violentas e traumáticas vivenciadas por muitos usuários.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS) estabelece diversos grupos que devem ser priorizados nos SCFV, como indivíduos pertencentes à famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, pessoas com deficiência, indivíduos atendidos pelos programas socioassistenciais do municípios. Bem como estabelece a organização dos grupos de atendimento conforme faixas etárias, estabelecendo objetivos e temas a serem trabalhados em cada ciclo da vida.

Para os adolescentes os SCFV Tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, bem como contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. As atividades devem abordar as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem. As atividades também devem desenvolver habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital de modo a orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte-lazer. As intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade; sensibilizar para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social; criar oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público.

Considerando a necessidade de garantir as ações ofertadas no âmbito do SUAS e a efetivação do direito à convivência familiar e à proteção da família, bem como, visando o

enfrentamento de situações de enfraquecimento ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, além de situações discriminatórias e estigmatizantes, será promovida uma ação de caráter não continuada, que terá como público-alvo prioritariamente os adolescentes participantes dos serviços socioassistenciais do CRAS. Assim sendo, objetivamos, através desta contratação, oferecer a Oficina de "SERÃO OS ADOLECENTES QUE DARÃO" para o SCFV.

Buscamos com estas oficinas proporcionar aos adolescentes meios que potencializem sua existência, desenvolvendo o autoconhecimento, ampliando a consciência de que se é e de quem se pretende ser, favorecendo a expressão de suas capacidades humanas e desenvolvendo a confiança em si mesmo, no outro e no futuro. Por meio de atividades práticas e lúdicas que desenvolva a expressão emocional, promova o autoconhecimento, estimule o convívio social, expanda as conexões e sensibilize para os desafios sociais as quais estão expostos.

Desta forma, acreditamos restar evidente que a realização desta contratação é de suma importância para desenvolvimento e qualificação dos serviços socioassistenciais prestados pelo município.

A escolha recaiu sobre esta empresa tendo em vista que é inviável a competição através de licitação, pois as oficinas a serem realizadas possuem exclusividade quanto à montagem e abordagem dos temas, pois serão produzidas de maneira exclusiva para atendimento à demanda e necessidade da Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil. Destaca-se que o fornecedor escolhido possui notório reconhecimento e condições de excelência para abordar os temas, conforme demonstra os atestados de capacidade técnica anexos a este processo e detém um vasto repertório e especialidade em tratar conteúdos informativos de conscientização e reflexão às questões emocionais, fatos estes que são indispensáveis para realização e atendimento do objeto proposto. Assim sendo, considerando a exclusividade do serviço a ser contratado, ressaltamos não haver possibilidade de comparação de valores praticados pelo mercado, pois o mesmo não é ofertado por outro prestador.

Esta contratação encontra respaldo no art. 74 da Lei 14.133/2021, que dispõe:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
III - contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

2 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Para estimativa do numero de oficinas a ser contratada, considerou-se os temas principais a serem trabalhados seguindo a recomendação da Tipificação Nacional de

Serviços Socioassistenciais (TNSS) para a faixa etária dos adolescentes, que é público-alvo desta ação de caráter não continuado.

3 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O valo total estimado da contratação é de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais), correspondente a realização de 08 (oito) oficinas.

Fornecedor	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total
GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA CNPJ: 53.213.890/0001-86	oficina	R$ 1.750,00	R$ 14.000,00

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para contratação do objeto pretendido, o interessado deverá comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos de habilitação exigidos, nos termos da Lei n° 14.133/2021.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando a especificidade do conteúdo abordado, há inviabilidade de competição, pois não há outro fornecedor que atenda integralmente as necessidades da secretaria. Destaca-se que a secretaria realizou através de seu corpo técnico, a avaliação prévia do conteudo e metodologia aplicados a realização das oficinas e concluiu que estes atende plena e satisfatoriamente a demanda proposta, estão de acordo com o proposto pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS) para a faixa etária a ser trabalhada e considerando a exclusividade do objeto a ser contratado, ressaltamos não haver possibilidade de comparação de valores praticados pelo mercado, pois tal objeto não é ofertado por outro fornecedor e será desenvolvido exclusivamente para esta ação. Sendo este caracterizado como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual de autoria da contratada.

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

6.1. Para o desenvolvimento da ação de caráter não continuada a ser desenvolvida com os adolescentes do SCFV do CRAS, será realizado 08 (oito) oficinas entre a segunda quinzena de agosto e a primeira quinzena de dezembro na sede do CRAS Piên,

com datas e horários a serem especificados com base na programação de serviços e programas desenvolvidos pelo CRAS para o segundo semestre de 2024.

6.2. A contratada deverá realizar toda a organização bem como executar as oficinas nos dias e horário estabelecidos.

6.3. Cada oficina deverá seguir os temas previamente determinados.

6.4. As oficinas serão ministradas na sede do CRAS na Rua Campo Grande, 36, Avencal, Piên - PR.

6.5. Os equipamentos de som, imagem e data show serão fornecidos pela contratante.

6.6. As despesas com alimentação, transporte, hospedagem, diárias entre outros referentes ao deslocamento e permanência dos profissionais que irá desenvolver a oficina, estão inclusas no valor da contratação

7 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Nesta ação, o parcelamento não se demonstra técnica e economicamente vantajoso para a Administração, devido a natureza da despesa a ser executada.

8 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADO PRETENDIDOS

A aquisição tem por finalidade o cumprimento das funções institucionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil, e prover os meios que possibilitem a execução de suas metas, enquanto serviço público, buscando sempre a melhoria dos serviços prestados por este órgão, através dos programas e serviços disponivel aos municipes e tambem por meios das ações de caracter não continuadas.

9 - PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES

Não há necessidade de providências preliminares para execução do objeto.

10- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES

Não haverá contratações correlatas e interdependentes.

11 - IMPACTOS AMBIENTAIS DA CONTRATAÇÃO

Considerando a natureza do objeto que se pretende contratar, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário somente que o licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores de sua atividade.

12 - PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

Há previsão da contratação no plano anual de contratações.

13 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando que os requisitos da contratação foram objetivamente definidos e a solução encontrada mostra-se adequada para o atendimento da necessidade, resta demonstrada a viabilidade da contratação na forma identificada neste instrumento.

Piên 10 de julho de 2024

Responsável pela elaboração
Anderleia Diana Cardoso das Neves
Auxiliar Administrativo – Matrícula 4766039

Secretária Municipal de Assist. Social e Defesa Civil
Kátia Regina Rudnick Cavalheiro Fragoso
Decreto nº 05/2021

TERMO DE REFERÊNCIA

SÚMARIO

1. **Objeto e Condições Gerais da Contratação**
2. **Estimativa do Valor da Contratação**
3. **Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação**
4. **Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor e Regime de Execução**
5. **Requisitos da Contratação**
6. **Modelo de Execução do Objeto**
7. **Modelo de Gestão do Contrato**
8. **Fonte Orçamentária**
9. **Local e Prazo da Prestação dos Serviços**
10. **Acompanhamento e fiscalização**
11. **Legislação Aplicada**
12. **Vigência do Contrato**
13. **Fontes de Pesquisa**

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa com profissional para realização de 08 (oito) oficinas com o tema "SERÃO OS ADOLECENTES QUE DARÃO", que possuem como público-alvo prioritário os adolescentes atendidos pelos serviços socioassistenciais do CRAS.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de 08 (oito) oficinas a ser desenvolvida pela empresa GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA - CNPJ: 53.213.890/0001-86, com o tema "SERÃO OS ADOLECENTES QUE DARÃO" As oficinas ocorrerão entre os meses de agosto a dezembro na sede do CRAS de Piên. A atividade será destinada prioritariamente aos adolescentes dos serviços socioassistenciais do CRAS, abordando os seguintes assuntos: - Expressão emocional - Autoconhecimento, desenvolvimento e aprimoramento das habilidades emocionais. - Estímulos a reflexão e insights - Existência ancorada no século XXI No valor do serviço devem estar inclusos despesas com alimentação, diárias, combustível e demais despesas referentes ao deslocamento e permanência dos profissionais que irá realizar as oficinas.	oficina	08	R$ 1.750,00	R$ 14.000,00

CRONAGRAMA DAS OFICINAS	
1º encontro	- Apresentação individual. - Início do livro. - Palavra-chave e instalação/mural.
2º Encontro	- Livro. - Individualidades: Customização (boné, camiseta, tiara...) - Percussão. - Ciranda
3º Encontro	- Livro - Lambe lambe
4º Encontro	- Livro - Mesa das sensações / mesa dos sentidos - Dança circular
5º Encontro	- Livro - Letramentos: Poesia, ancestralidade, etc
6º Encontro	- Livro - Estêncil
7º Encontro	- Livro - Horta / agricultura urbana
8º Encontro	- Colagem - Autoimagem - Fechamento

1.1. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2. A execução do objeto terá prazo definido e execução única.

1.3. O serviço não é enquadrado como continuado.

2. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1. O custo total da contratação é de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais) conforme custos apostos na proposta em anexo.

2.2. O custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado.

2.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações.

2.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada.

2.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS de Piên) é a unidade pública estatal responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), atendendo prioritariamente às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, nas áreas de vulnerabilidade e riscos sociais. Dentre os serviços ofertados pelo CRAS, está o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que objetiva desenvolver ações preventivas e proativas, oferecendo à população que vivencia situações de vulnerabilidades sociais, novas oportunidades de reflexão acerca da realidade social, contribuindo dessa forma para a planejamento de estratégias e na construção de novos projetos de vida. Uma das formas encontradas para se alcançar os objetivos dos grupos do SCFV é através das atividades de natureza artístico-cultural, desportivas, esportivas e lúdicas, que funcionam como estratégias para promover a convivência e a ressignificação de experiências conflituosas, violentas e traumáticas vivenciadas por muitos usuários.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS) estabelece diversos grupos que devem ser priorizados nos SCFV, como indivíduos pertencentes à famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, pessoas com deficiência, indivíduos atendidos pelos programas socioassistenciais do municípios. Bem como estabelece a organização dos grupos de atendimento conforme faixas etárias, estabelecendo objetivos e temas a serem trabalhados em cada ciclo da vida.

Para os adolescentes os SCFV Tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, bem como contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. As atividades devem abordar as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem. As atividades também devem desenvolver habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital de modo a orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte-lazer. As intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade; sensibilizar para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social; criar oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público.

Considerando a necessidade de garantir as ações ofertadas no âmbito do SUAS e a efetivação do direito à convivência familiar e à proteção da família, bem como, visando o enfrentamento de situações de enfraquecimento ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, além de situações discriminatórias e estigmatizantes, será promovida uma ação de caráter não continuada, que terá como público-alvo prioritariamente os adolescentes participantes dos serviços socioassistenciais do CRAS. Assim sendo, objetivamos, através desta contratação, oferecer a Oficina de "SERÃO OS ADOLECENTES QUE DARÃO" para o SCFV.

Buscamos com estas oficinas proporcionar aos adolescentes meios que potencializem sua existência, desenvolvendo o autoconhecimento, ampliando a consciência de que se é e de quem se pretende ser, favorecendo a expressão de suas capacidades humanas e desenvolvendo a confiança em si mesmo, no outro e no futuro. Por meio de atividades práticas e lúdicas que desenvolva a expressão emocional, promova o autoconhecimento, estimule o convívio social, expanda as conexões e sensibilize para os desafios sociais as quais estão expostos.

Desta forma, acreditamos restar evidente que a realização desta contratação é de suma importância para desenvolvimento e qualificação dos serviços socioassistenciais prestados pelo município.

4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. A escolha recaiu sobre esta empresa tendo em vista que é inviável a competição através de licitação, pois as oficinas a serem realizadas possuem exclusividade quanto à montagem e abordagem dos temas, pois serão produzidas de maneira exclusiva para atendimento à demanda e necessidade da Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil. Destaca-se que o fornecedor escolhido possui notório reconhecimento e condições de excelência para abordar os temas, conforme demonstra os atestados de capacidade técnica anexos a este processo e detém um vasto repertório e especialidade em tratar conteúdos informativos de conscientização e reflexão às questões emocionais, fatos estes que são indispensáveis para realização e atendimento do objeto proposto. Assim sendo, considerando a exclusividade do serviço a ser contratado, ressaltamos não haver possibilidade de comparação de valores praticados pelo mercado, pois o mesmo não é ofertado por outro prestador.

4.2. Esta contratação encontra respaldo no art. 74 da Lei 14.133/2021, que dispõe:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
III - contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

4.3. O regime de execução do contrato será: empreitada por preço global.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Na presente contratação não há necessidade de indicação de marcas ou modelos;

5.2. Não há necessidade de emissão de carta de solidariedade;

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

5.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto terá datas definidas e execução única.

77. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.° 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato pelos respectivos substitutos.

7.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8. FONTE ORÇAMENTARIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Piên.

8.1.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 10.003.0824400122031.33.90.39.00.00 – Conta de despesa 3610 – Fonte de Recurso 934.

9. LOCAL E PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. LOCAL: CRAS de Piên - Rua Campo Grande, 36, Avencal, Piên-PR

9.2. PRAZO: As oficinas aconteceram entre a segunda quinzena de agosta até a primeira quinzena de dezembro de 2024 em data a serem agendadas, realizadas na sede do CRAS às 13 horas.

10. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1. Letícia Inez Schroth Gabardo, Assessora de área III - Matrícula 4765780

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

10.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato ou da entrega do produto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. LEGISLAÇÃO APLICADA

11.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei nº 14.133/2021.

12. VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. O contrato firmado entre as partes terá início a partir da assinatura do contrato, encerrando-se com a prestação do serviço do objeto e o pagamento total do valor previsto no contrato, após o qual será rescindido automaticamente sem que haja necessidade de aviso, notificação judicial ou extrajudicial, podendo ser prorrogado para fins administrativos.

13. FONTES DE PESQUISA

13.1. Empresa: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA - CNPJ: 53.213.890/0001-86

Piên 10 de julho de 2024.

Anderleia Cardoso

Responsável pela elaboração
Anderleia Diana Cardoso das Neves
Auxiliar Administrativo – Matrícula 4766039

Letícia Inez Schroth Gabardo

Fiscal de contrato
Letícia Inez Schroth Gabardo
Assessora de área III - Matrícula 4765780

Secretária Municipal de Assist. Social e Defesa Civil
Kátia Regina Rudnick Cavalheiro Fragoso
Decreto nº 05/2021

PROPOSTA DE OFICINA COM ADOLESCENTES PARA O CRAS DO MUNICÍPIO DE PIÊN

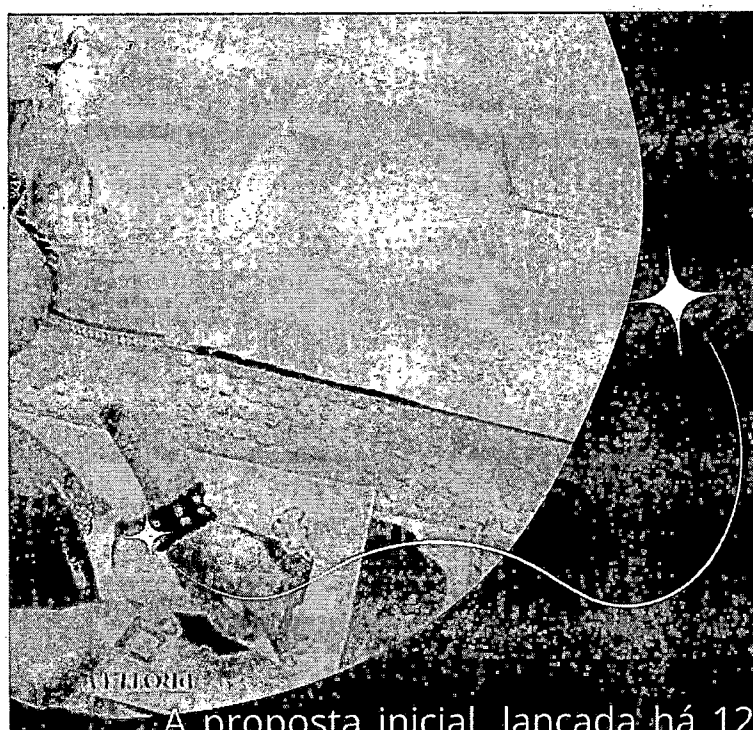
19

Coletivo Gaia
Prisma



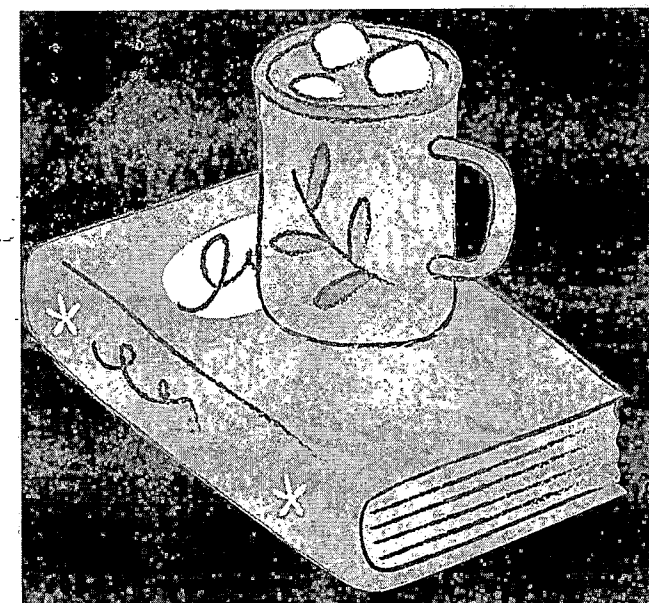
2024

COLETIVO GAIA PRISMA



SOBRE NÓS

A proposta inicial, lançada há 12 anos, era a de que cada uma das técnicas continuasse prestando serviços a escritórios contratantes, porém sentimos a necessidade também de um funcionamento específico, documental e com a nossa roupagem. Partimos então para um novo começo. Nossa convivência, interesses profissionais e artísticos, vontade de trabalhar em conjunto, ter idéias e tocar projetos mirabolantes nos contaminou desde o início. Nasce no segundo semestre de 2023, o COLETIVO GAIA PRISMA sem pretensões ou discursos, uma força coletiva, que idealiza ser reconhecida no mercado como "grife" prestadora de serviços. O Coletivo Gaia reúne duas profissionais múltiplas, e quando necessário buscamos oficineiros com perfis diversos, como montadores de cinema, desenhista de som, cenógrafo, artistas plásticos, diretores de arte, designers gráficos, entre outras especialidades. Músicos, DJs, grafiteiros, fotógrafos, agitadores culturais, etc. O Coletivo Gaia Prisma é uma organização autogerida, descentralizada, flexível e situacional. Essa é a nossa grande novidade, e nosso ponto final. Das Políticas Públicas aos ideais de possibilidades melhores para todos. Nossa construção não é fixa. É móvel. Um artista pode pertencer a um coletivo em função de um projeto e no projeto seguinte juntar-se a outro coletivo, o que é significativo é a construção.



SOBRE NÓS E A AÇÃO

Nosso trabalho de maneira bem pontual, é o de trabalhar com alguns dos vértices da Assistência Social, Educação e Saúde, entre outros lugares de construção, tendo sempre como lugar de retomada a Arte e a Cultura.

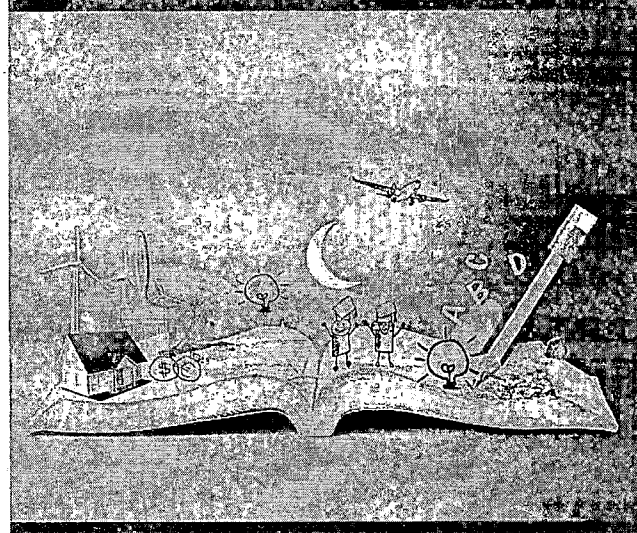
Pensamos em 08 encontros que potencializem a existência dos adolescentes, na condição existencial; a partir de ações criativas.
O foco são Oficinas práticas que possam ampliar as percepções.

Durante o processo iremos construir (o que será a parte teórica da ação) uma Livro (pasta) individual; este será o Registro das perpectivas e das transformações sentidas. Levaremos folhas previamente impressas para ação.

O nome do livro, serão os adolescentes que darão.

Considerando estes pontos focais:

A AÇÃO

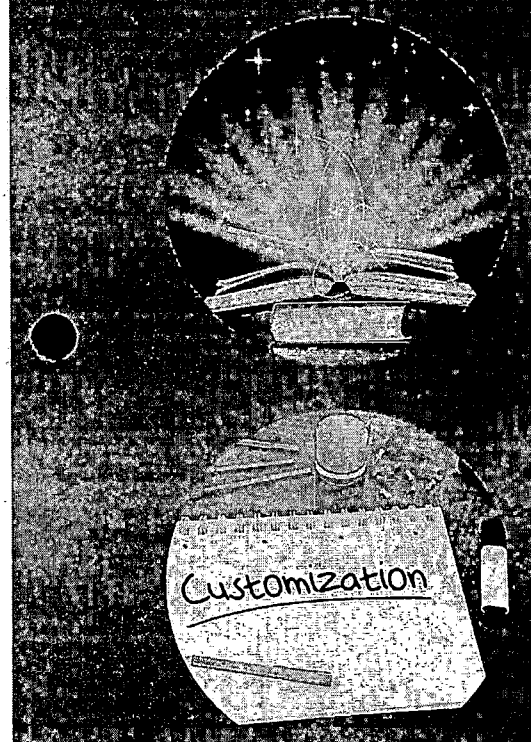


Considerando estes pontos focais:

- Ampliar a possibilidade da existência;
- Expandir conexões;
- Auto-conhecimento;
- Expansão;
- Expressão;
- Fluidez;
- Vivências/n sensibilidades;
- Força que move. inspira;
- Resgate (ancestralidade);
- Exercicios de imaginação;
- Comunicar ideias;
- Comunicar exxpressões;
- Benefícios físicos;
- Conectar;
- Meio ambiente;
- Promover diversão e propiciar reflexão e insights.

OFICINAS:

OBSERVAÇÃO: AS OFICINAS PODEM TER SUA ORDEM ALTERADA DE ACORDO COM A DEMANDA.

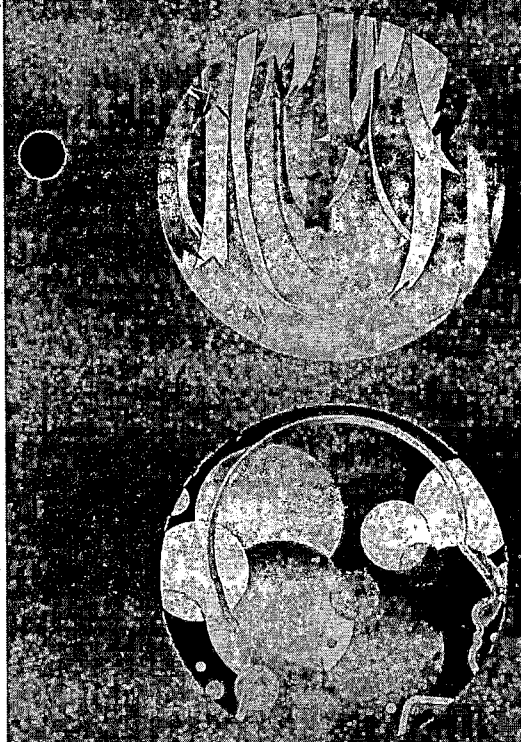


1º ENCONTRO:

- Apresentação individual;
- Início do livro;
- Palavra chave e instalação/mural.

2º ENCONTRO:

- Livro;
- Individualidades; Customização (boné e camiseta, tiara...)
- Percussão;
- Ciranda.



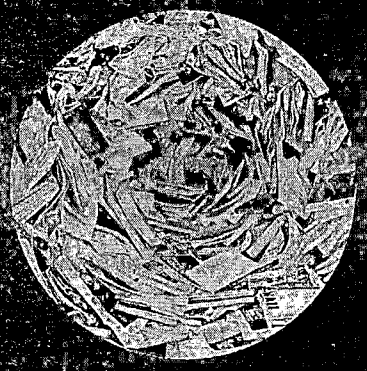
3º ENCONTRO:

- Livro;
- Lambe Lambe.

4º ENCONTRO:

- Livro;
- Mesa de sensações / Mesa dos sentidos;
- Dança Circular.

OFICINAS:



5º ENCONTRO:

- Livro;
- Letramentos: Poesia, Ancestralidade, etc.



6º ENCONTRO:

- Livro;
- Estencil.



7º ENCONTRO:

- Livro.
- Horta / Agricultura Urbana.



8º ENCONTRO:

- Colagem Auto imagem e Fechamento.

AÇÃO:

01 Duas oficinas por mês. Contemplando os meses de Agosto a novembro.

02 A ser realizada no espaço do CRAS

03 Faremos uso do espaço, data show, som, fornecidos pelo contratante,

04 As datas serão previamente agendadas.

05 Todo processo será dialogado com o CRAS.

PONTOS FOCAIS GERAIS A SEREM CONSIDERADOS COM O GRUPO:

. Expressão Emocional;

. Aprofundamento no autoconhecimento;

. Desenvolvimento e ou aprimoramento das Habilidades Emocionais;

. Estímulo a Reflexão e Insights;

. Estar atento para uma existância ancorada no século XXI.



ORÇAMENTO

3.500,00 mês a mês

Total do investimento: 14.000,00



Aqui inclusos todas as depesas como:
Alimentação;
Combustivel;
Deslocamento;
Pedágios;
Diárias.

OBRIGADA!

"Olhe para dentro, para as suas profundezas, aprenda primeiro a se conhecer. A felicidade é um problema individual. Aqui, nenhum conselho é válido. Cada um deve procurar, por si, tornar-se feliz. O sonho é a satisfação de que o desejo se realize.".



CONTACT US:

(41)99901-5348

@coletivogaiaprisma

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

28

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
53.213.890/0001-86 **MATRIZ**		**15/12/2023**

NOME EMPRESARIAL
GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
COLETIVO GAIA PRISMA	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
13.40-5-99 - Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário
47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos
58.11-5-00 - Edição de livros
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
85.92-9-01 - Ensino de dança
85.92-9-02 - Ensino de artes cênicas, exceto dança
85.93-7-00 - Ensino de idiomas
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde
90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
TV VIRGÍLIO GOMES PINHEIRO	**31**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
81.520-320	**GUABIROTUBA**	**CURITIBA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
PROCESSOS@ESCRITORIOIMPERIAL.COM.BR	**(41) 3225-4430/ (0000) 0000-0000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**15/12/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **10/07/2024** às **15:48:50** (data e hora de Brasília).

CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA

29

GRAZIELLE DA SILVA TURBAY, brasileira, solteira, nascida em 29/08/1976, empresária, portadora da carteira de identidade RG n° 6.046.811-7 – SSP PR e inscrita no CPF sob o nº 017.316.819-17, residente e domiciliada na Travessa Virgílio Gomes Pinheiro, nº 31, Guabirotuba, Curitiba/Pr., CEP: 81.520-320.

RESOLVE por este instrumento particular de contrato e na melhor forma de direito, constituir uma Sociedade Empresária Limitada Unipessoal, que se regerá pelos preceitos dos artigos 1.052 a 1.087 da Lei n° 10.406/2002, pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie e pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO NOME EMPRESARIAL
A sociedade adotará como nome empresarial: **GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SEDE
A sociedade tem sua sede e foro na Travessa Virgílio Gomes Pinheiro, nº 31, Guabirotuba, Curitiba/Pr., CEP: 81.520-320.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO SOCIAL
A sociedade terá por objeto social: Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; Consultoria em gestão empresarial; Serviço de Palestras; Ensino de Aulas Particulares; Ensino de Idiomas; Ensino de Artes Cênicas; Ensino de Dança; Atividades de Apoio à Gestão de Saúde; Serviços de Organização de Feiras, Congressos, Exposições e Festas; Atividade de Organização e Promoção de Eventos Culturais.; Produção e Promoção de Espetáculos Artísticos e de Eventos Culturais; Edição de Livros em Geral; Comércio Varejista de Souvenirs, Bijuterias e Artesanatos; Serviços de Acabamento em Fios, Tecidos, Artefatos Têxteis e Peças do Vestuário

CNAE- 8599-6/04 TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL
CNAE - 7020-4/00 ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA
CNAE- 8592-9/01 ENSINO DE DANÇA
CNAE - 8593-7/00 ENSINO DE IDIOMAS
CNAE- 8592-9/02 ENSINO DE ARTES CÊNICAS, EXCETO DANÇA
CNAE - 9001-9/99 ARTES CÊNICAS, ESPETÁCULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
CNAE- 8660-7/00 ATIVIDADES DE APOIO À GESTÃO DE SAÚDE
CNAE - 5811-5/00 EDIÇÃO DE LIVROS
CNAE - 8599-6/99 OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
CNAE - 8230-0/01 SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS
CNAE - 9001-9/99 PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE ESPETÁCULOS ARTÍSTICOS E EVENTOS CULTURAIS
CNAE - 4789-0/01 COMÉRCIO VAREJISTA DE SUVENIRES, BIJUTERIAS E ARTESANATOS
CNAE - 1340-5/99 OUTROS SERVIÇOS DE ACABAMENTO EM FIOS, TECIDOS, ARTEFATOS TÊXTEIS E PEÇAS DO VESTUÁRIO

CLÁUSULA QUARTA - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO
O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos, é a data de registro do Ato Constitutivo na Junta Comercial do Paraná.

CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA 30

CLÁUSULA QUINTA - DO CAPITAL SOCIAL
O capital subscrito na importância de R$ 1.000,00 (hum mil reais), dividido em 1.000 (uma mil) cotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada, integralizadas totalmente neste ato, em moeda corrente no país, assim subscritas:

SÓCIO	%	COTAS	VALOR
GRAZIELLE DA SILVA TURBAY	100	1.000	R$ 1.000,00
TOTAL	100	1.000	R$ 1.000,00

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE
A responsabilidade da única sócia é restrita ao valor de suas quotas, não havendo responsabilidade solidária pelas obrigações sociais, respondendo, no entanto, pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADMINISTRAÇÃO
A administração da sociedade cabe a única sócia **GRAZIELLE DA SILVA TURBAY,** a quem compete praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade com os poderes e atribuições de representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, podendo assumir obrigações pela sociedade, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, contratar e demitir pessoal, enfim praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente.

§ 1°. É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor da quotista ou de terceiros.

§ 2°. Faculta-se a administradora, atuando isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores para período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticado.

CLÁUSULA OITAVA – DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO PATRIMONIAL
Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis requeridas pela legislação societária, elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, participando a sócia dos lucros ou perdas apurados, na mesma proporção das quotas de capital que possui na sociedade.

CLÁUSULA NONA: Nos quatro meses seguintes do término do exercício social, a sócia deliberará sobre contas e designará administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONSTITUIÇÃO DE FILIAL
A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou dependência, mediante alteração contratual assinada pela única sócia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRÓ-LABORE
A sócia poderá fixar uma retirada mensal, a título de PRÓ-LABORE, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESOLUÇÃO DAS QUOTAS DO SÓCIO ÚNICO EM RELAÇÃO À SOCIEDADE
Falecendo ou interditada a sócia, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes,

CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA

31

o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE A Sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa da única sócia, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio da titular.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS
Os lucros que se verificarem no Balanço Geral será distribuído a sócia ou mantido como reserva.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A sócia ajusta que os lucros auferidos pela sociedade poderão ser distribuídos de forma adiantada, no montante dos lucros verificados nos balancetes mensalmente apurados. Porém, em caso de apuração negativa no balanço do exercício social, fica a sócia obrigada a realizar a devolução proporcional dos valores recebidos e necessários para zerar o saldo negativo no prazo de 05 (cinco) dias após a apresentação do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR
A administradora declara sob as penas da lei que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PORTE EMPRESARIAL
A única sócia da sociedade limitada unipessoal, DECLARA sob as penas da Lei, que:
a) Se enquadra na condição de MICROEMPRESA;
b) O valor da receita bruta anual da sociedade não excederá o limite fixado no inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006;
c) Não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do artigo 3º da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO
Fica eleito o foro de Curitiba/Pr, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estar assim justo e contratado, lavra, data e assina, o presente instrumento, obrigando-se fielmente, por si e seus herdeiros, a cumpri-lo em todos os seus termos.

Curitiba/Pr, 24 de novembro de 2023.

GRAZIELLE DA SILVA TURBAY

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
01731681917	GRAZIELLE DA SILVA TURBAY

JUCEPAR
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/12/2023 14:35 SOB Nº 41212161010.
PROTOCOLO: 238500233 DE 15/12/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12317901367. CNPJ DA SEDE: 53213890000186.
NIRE: 41212161010. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 24/11/2023.
GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

33

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 53.213.890/0001-86
Certidão nº: 4562206/2024
Expedição: 19/01/2024, às 10:23:57
Validade: 17/07/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **53.213.890/0001-86, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA
CNPJ: 53.213.890/0001-86

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:25:24 do dia 08/04/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 05/10/2024.
Código de controle da certidão: **4576.F506.D348.A943**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

35

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 033549646-76

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **53.213.890/0001-86**
Nome: **GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 17/09/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (20/05/2024 11:18:19)

36

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 11.391.470

CNPJ: 53.213.890/0001-86

Nome: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.
Emitida às 10:46 do dia 25/06/2024.
Código de autenticidade da certidão: 772ABF7DB82B49170BCF3CD3B0C7F084C5
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 23/09/2024 – Fornecimento Gratuito

Você também pode validar a autenticidade da certidão utilizando um leitor de QRCode.

Voltar | Imprimir

37

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 53.213.890/0001-86
Razão Social: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA
Endereço: TV VIRGILIO GOMES PINHEIRO 31 / GUABIROTUBA / CURITIBA / PR / 81520-320

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:21/06/2024 a 20/07/2024

Certificação Número: 2024062111466191189420

Informação obtida em 25/06/2024 08:35:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota	1
Data e Hora de Emissão	12/04/2024 16:36:43
Código de Verificação	MWAJ710P

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA

CPF / CNPJ: 53.213.890/0001-86 **Inscrição Municipal:** 08 02 1136036-7

Endereço: TV. VIRGÍLIO GOMES PINHEIRO, 000031 - BAIRRO: GUABIROTUBA - CEP: 81520320 **Tel.:** 41 - 32254430

Município: CURITIBA **UF:** PR **Email:** processos@escritorioimperial.com.br

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: Municipio de Jaguariaiva

CPF / CNPJ: 76.910.900/0001-38 **IMU:** **Outro Doc.:**

Endereço: Praça Isabel Branco, 142 - COMPLEMENTO: Centro Adm Pref Otelio R Baron - BAIRRO: Cidade Alta - CEP: 84200000

Município: JAGUARIAIVA **UF:** PR **Email:**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Serviço de Capacitação de Conselhos e Redes de Proteção à Criança e ao Adolescente
Impostos Aproximados Incidentes = 6% R$ 330,00

Valor Líquido da Nota Fiscal = R$ 5.500,00

NOTA CURITIBANA

VALOR TOTAL DA NOTA - R$5.500,00

Código da Atividade

17 - 24 - Apresentação de palestras, conferências, seminário e congêneres.

Valor Total das Deduções (R$)	Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU
0,00	5.500,00	2,01	110,55	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 73/2009.
Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.
Não gera direito a crédito fiscal de IPI.

Mais informações: nota.curitiba.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota	Data e Hora de Emissão	Código de Verificação
3	29/05/2024 14:24:51	NHYEC40I

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA
CPF / CNPJ: 53.213.890/0001-86 **Inscrição Municipal:** 08 02 1136036-7
Endereço: TV. VIRGÍLIO GOMES PINHEIRO, 000031 - BAIRRO: GUABIROTUBA - CEP: 81520320 **Tel.:** 41 - 32254430
Município: CURITIBA **UF:** PR **Email:** processos@escritorioimperial.com.br

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: FUNDO MUNICIPAL DOS DIR DA CRIANÇA E DO ADOL DE PRUDENTOPOLIS
CPF / CNPJ: 13.813.898/0001-69 **IMU:** **Outro Doc.:**
Endereço: RUA CORONEL JOAO PEDRO MARTINS, 968 - BAIRRO: CENTRO - CEP: 84400000
Município: PRUDENTOPOLIS **UF:** PR **Email:**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Serviços Prestados de Treinamento - Capacitação presencial para a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente.
Serviços Prestados em Prudentópolis
Impostos Incidentes Aproximados = 6% = R$ 155,40

Valor Líquido da Nota Fiscal = R$ 2.590,00

NOTA CURITIBANA

VALOR TOTAL DA NOTA - R$2.590,00

Código da Atividade

17 - 24 - Apresentação de palestras, conferências, seminário e congêneres.

Valor Total das Deduções (R$)	Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU
0,00	2.590,00	2,01	52,05	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 73/2009.
Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.
Não gera direito a crédito fiscal de IPI.

Mais informações: nota.curitiba.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Número da Nota	2
Data e Hora de Emissão	22/05/2024 15:20:29
Código de Verificação	4FWF4704

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA

CPF / CNPJ: 53.213.890/0001-86 **Inscrição Municipal:** 08 02 1136036-7

Endereço: TV. VIRGÍLIO GOMES PINHEIRO, 000031 - BAIRRO: GUABIROTUBA - CEP: 81520320 **Tel.:** 41 - 32254430

Município: CURITIBA **UF:** PR **Email:** processos@escritorioimperial.com.br

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: ASSOCIACAO ANTONIO VIEIRA

CPF / CNPJ: 92.959.006/0016-95 **IMU:** 0593056-0 **Outro Doc.:**

Endereço: BR 116, 10546 - COMPLEMENTO: BLOCO ADMINISTRATIVO 3º ANDAR - BAIRRO: JARDIM BOTÂNICO - CEP: 81690150

Município: CURITIBA **UF:** PR **Email:**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Serviços prestados de treinamento.
Incidência de Impostos Aproximados 6% = R$21,60
Serviços executados em Curitiba - PR

Valor Líquido da Nota Fiscal = R$ 360,00

NOTA CURITIBANA

VALOR TOTAL DA NOTA - R$360,00

Código da Atividade

17 - 24 - Apresentação de palestras, conferências, seminário e congêneres.

Valor Total das Deduções (R$)	Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R$)	Crédito p/ Abatimento do IPTU
0,00	360,00	2,01	7,23	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 73/2009.
Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.
Não gera direito a crédito fiscal de IPI.

Mais informações: nota.curitiba.pr.gov.br

Atestado de Capacidade Técnica

Declaro para os devidos fins, que o município de Reserva-PR, inscrita no CNPJ n. 76.169.879-0001/61, através de sua Secretaria de Assistência Social, atesta para os devidos fins que **Adriana da Silva Turbay**, Assistente Social e Psicóloga, inscrita no CPF sob n 807.296.659-68, portadora da Cédula de Identidade n.3.358.805-4, SSP/PR, prestou serviço realizando capacitação profissional para a equipe técnica e administrativa da Política de Assistência Social, acompanhamento psicológico individual dos trabalhadores do SUAS e supervisão técnica as equipes da Proteção Social Básica, Especial e Gestão.

Totalizando 100 horas

Trabalho realizado com proficiência.

Trabalho realizado de 13 de agosto a 20 de novembro de 2020

Reserva, 20 de novembro de 2020

Gilmara Tertuliano Doff Sotta
Secretária de Assistência Social

Atestado de Capacidade Técnica

Declaro para os devidos fins, que o município de Reserva-PR, inscrita no CNPJ n. 76.169.879-0001/61, através de sua Secretaria de Assistência Social, atesta para os devidos fins que **Adriana da Silva Turbay**, Assistente Social e Psicóloga, inscrita no CPF sob n 807.296.659-68, portadora da Cédula de Identidade n.3.358.805-4, SSP/PR, prestou serviço realizando supervisão e roda de conversa com mulheres vítimas de violência doméstica atendidas pela rede socioassistencial do município de Reserva-PR totalizando 32 horas,

Trabalho realizado com proficiência.

Trabalho realizado em abril de 2019

Reserva, 01 de maio de 2019

Telma Viana da Cruz
Assistente Social

CRESS 2879

Técnica do Órgão Gestor

Av. Cel. Rogério Borba, 741 - Telefax: (0xx42) 3276-8300
84320-000 - Reserva - Paraná
e-mail: prefeitura.reserva@bol.com.br

RESERVA
PREFEITURA MUNICIPAL

43

Atestado de Capacidade Técnica

Declaro para os devidos fins, que o município de Reserva-PR, inscrita no CNPJ n. 76.169.879-0001/61, através de sua Secretaria de Assistência Social, **atesta** para os devidos fins que **Adriana da Silva Turbay**, Assistente Social e Psicóloga, inscrita no CPF sob n 807.296.659-68, portadora da Cédula de Identidade n.3.358.805-4, SSP/PR, prestou serviço realizando capacitação preparatória para candidatos a Conselheiros Tutelares do município de Reserva-PR totalizando 16 horas,

Trabalho realizado com proficiência.

Trabalho realizado em julho de 2019

Reserva, 01 de agosto de 2019

Telma Viana da Cruz
Assistente Social

CRESS 2879

Técnica do Órgão Gestor

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE RESERVA

Lei Municipal 337/2010 de 26/04/2010

Atestado de Capacidade Técnica

Declaro para os devidos fins, que o município de Reserva-PR, inscrita no CNPJ n. 76.169.879-0001/61, através de sua Secretaria de Assistência Social, **atesta** para os devidos fins que **Adriana da Silva Turbay**, Assistente Social e Psicóloga, inscrita no CPF sob n 807.296.659-68, portadora da Cédula de Identidade nº 3.358.805-4, SSP/PR, prestou serviço ministrando oficina sobre educação inclusiva e Acessibilidade para conselheiros e equipe técnica da rede socioassistencial, totalizando 20 horas trabalho realizado com proficiência.

Trabalho realizado de agosto a outubro de 2017

Reserva, 08 de abril de 2019

Telma Viana da Cruz
Assistente Social

CRESS 2879

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaro para os devidos fins que, o Município de Imbituva, inscrito no CNPJ Nº 76.175.892/0001-23, através da sua Secretaria Municipal de Ação Social, declara que a profissional Assistente Social, Psicóloga e Professora **Adriana da Silva Turbay** – Inscrita no CPF nº **807.296.659-68**, prestou serviços, como instrutora, na Capacitação sobre Tema: Facilitador em Justiça Restaurativa com ênfase em Círculos de Construção de Paz, para 20 participantes da Rede Municipal de Proteção de Imbituva, com carga horária de 40 horas, presencial, considerando 05 módulos, de 31 de julho a 04 de Agosto:

1 º Dia:

Apresentação dos Princípios e fundamentos da justiça restaurativa.

2º Dia:

- Conversas circulares.

- A Justiça Restaurativa e o Psicodrama – Pontes.

3º Dia:

- Iniciação a construção de Círculos de Paz, vivência, etapas, elementos estruturais. Práticas.

4º Dia:

- O Perfil do facilitador restaurativo.

- Diagnóstico para práticas restaurativas, articulações intersetoriais e comunitárias da região.

5º Dia:

- Construção de fluxos e protocolos para implementação de círculos de justiça restaurativa.

- Ação Psicodramática, a ação em si.

- Roda de Paz.

- Finalização.

Imbituva, 20 de outubro de 2023.

Cleide Aparecida Kubaski

Cleide Aparecida Kubaski
Secretária Municipal de Assistência Social
Decreto Municipal nº 5868/2021

Atestado de Capacidade Técnica

Declaro para os devidos fins, que o município de Reserva-PR, inscrita no CNPJ n. 76.169.879-0001/61, através de sua **Secretaria de Assistência Social**, atesta para os devidos fins que **Adriana da Silva Turbay**, Assistente Social e Psicóloga, inscrita no CPF sob n 807.296.659-68, portadora da Cédula de Identidade n.3.358.805-4, SSP/PR, prestou serviço realizando projeto de Intervenção Sociocultural - "oficinas com grupos de crianças, adolescentes e famílias" – **Oficinas "Dançando Para Não Dançar" – cultura Hip-Hop, Movimento, Contação de História e aquecimento físico e mental com percussão.**

Totalizando 40 horas,

Trabalho realizado com proficiência.

Trabalho realizado de 11 a 13 de novembro de 2020

Reserva, 19 de novembro 2020

Gilmara Tertuliano Doff Sotta
Secretária de Assistência Social

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaro para os devidos fins que, o Município de Imbituva, inscrito no CNPJ Nº 76175892000123, através da sua Secretaria Municipal de Saúde, declara que **Grazielle da Silva Turbay** – Inscrita no CPF nº **017.316.819-17**, atuou como auxiliar técnica na **Palestra Discursiva e interativa, sobre o Tema: "Setembro Amarelo: Uma campanha pela vida"**, totalizando **04 horas** de trabalho, realizado no dia 28 de Setembro de 2023.

Imbituva, 20 de outubro de 2023

Atenciosamente:

Adriana Baniski
Assistente Social / Coordenadora do CAPS

Adriana Baniski
Assistente Social
CRESS 2345 11ª Região

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
Estado do Paraná
CNPJ 19.162.541/0001-44
Secretaria Municipal de Assistência Social

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaro para os devidos fins que, o Município de Doutor Ulysses, inscrito no CNPJ Nº 19.162.541/0001-44, através da sua Secretaria Municipal de Assistência Social, declara que a Relações Públicas e Professora, na ocasião atuando como **auxiliar técnico**, **Grazielle da Silva Turbay** – Inscrita no CPF nº **017.316.819.17**, atuou como auxiliar técnica na Capacitação sobre Tema: Facilitador em Justiça Restaurativa com ênfase em Círculos de Construção de Paz, para 20 participantes da Rede Municipal de Proteção de Imbituva, com carga horária de 40 horas, presencial considerando 06 módulos, de 31 de julho a 04 de Agosto:

1 º Dia:

Apresentação dos Princípios e fundamentos da justiça restaurativa;

2º Dia:

- Conversas circulares.

- A Justiça Restaurativa e o Psicodrama – Pontes.

3º Dia:

- Iniciação a construção de Círculos de Paz, vivência, etapas, elementos estruturais; práticas.

4º Dia:

- O Perfil do facilitador restaurativo;

- Diagnóstico para práticas restaurativas, articulações intersetoriais e comunitárias da região;

5º Dia:

- Construção de fluxos e protocolos para implementação de círculos de justiça restaurativa;

- Ação Psicodramática, a ação em si.

- Roda de Paz;

- Finalização.

Doutor Ulysses, 20 de Outubro de 2023

Ocelia Branco Ribeiro da Silva
Secretária Municipal de Assistência Social

Ocelia Branco R.da Silva
Secretária Mun. de Assistência Social
Decreto 0003/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
Estado do Paraná
CNPJ 19.162.541/0001-44
Secretaria Municipal de Assistência Social

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaro para os devidos fins que, o Município de Doutor Ulysses, inscrito no CNPJ Nº 19.162.541/0001-44 , através da sua Secretaria Municipal de Ação Social, declara que a Ass. Social, Psicóloga, Professora **Adriana da Silva Turbay** – Inscrita no CPF nº **807.296.659-68**, prestou serviços de **Palestra Discursiva e interativa** , em **Capacitação sobre Tema: "A Criança como Sujeito de Direitos - Compreendendo o Trabalho Infantil para Erradicar."**, totalizando **12 horas** de trabalho, realizado nos dias 14 e 15 de Junho.

Doutor Ulysses, 20 de Outubro de 2023

Ocelia Branco R.da Silva
Secretária Mun. de Assistência Social
Decreto 0003/2021

Ocelia Branco Ribeiro da Silva
Secretária Municipal de Assistência Social

Prefeitura Municipal de Jaguariaíva
Centro Administrativo Prefeito Otélio Renato Baroni
Praça Izabel Branco e Silva, 142 - Cidade Alta - Cx.Postal. 11 - Fone: (43) 3535 - 9400
Jaguariaíva - PR / CEP: 84200-000 / CNPJ: 76.910.900/0001-38 / asocial@jaguariaiva.pr.gov.br
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JAGUARIAÍVA 200 ANOS
#numcacs200anos

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A SECRETARIA MUNINPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SHADS, NESTE ATO REPRESENTADO PELO Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social **Welington Vitório Fitz**, inscrito no RG sob nº 8010905-9 /PR, e no CPF sob nº 037.767.039-11, **ATESTA** para os devidos fins, que a empresa **COLETIVO GAIA PRISMA - ME**. com CNPJ sob o nº 53.213.890/0001-86, através da profissionais **Adriana da Silva Turbay,** inscrita no CPF 017.316.819-17 e **Grazielle da Silva Turbay,** inscrita no CPF 017.316.819-17, executaram os serviços abaixo discriminados:

Realização de Capacitação com Conselho tutelar, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente do município de Jaguariaíva.

Atestamos que a referida empresa executou os serviços de maneira satisfatória em conformidade com o proposto pela organização, com pontualidade das obrigações assumidas, atendendo com qualidade e eficiência nossa demanda, nada tendo que a desabone.

E, por ser expressão da verdade, datamos e assinamos o presente Atestado de Capacidade Técnica.

Jaguariaíva, 08 de abril de 2024.

Welington Vitório Fitz
Secretário Mun. de Habitação e Desenvolvimento Social

@institutovitae
www.facebook.com/vitae2007
instituto vitae
Soluções para Órgãos Públicos
(18) 3622.0483
institutovitae.com
atendimento@institutovitae.com
Vitae Cursos Profissionalizantes LTDA - CNPJ 11.589.175/0001-00 - Rua Marechal Deodoro, 1670 - Araçatuba - SP- CEP 16025-285

À quem possa interessar

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Pelo presente instrumento, a empresa VITAE CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA, estabelecida na Rua Mal. Deodoro, 1670 - Vila Carvalho, Araçatuba - SP, CEP 16025-285, telefone 18 3622-0483, e-mail atendimento@institutovitae.com, inscrita no CNPJ sob nº 11.589.175/0001-00, através de seu representante legal infra-assinado, que:

■ Declara para os devidos fins, que Grazielle Da Silva Turbay (CPF: 017.316.819-17) e Adriana da Silva Turbay (CPF.: 807.296.659-68), são profissionais idôneas e prestam serviços para nossa empresa cumprindo fielmente prazos e condições estabelecidas, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Araçatuba-SP, 9 de fevereiro de 2024

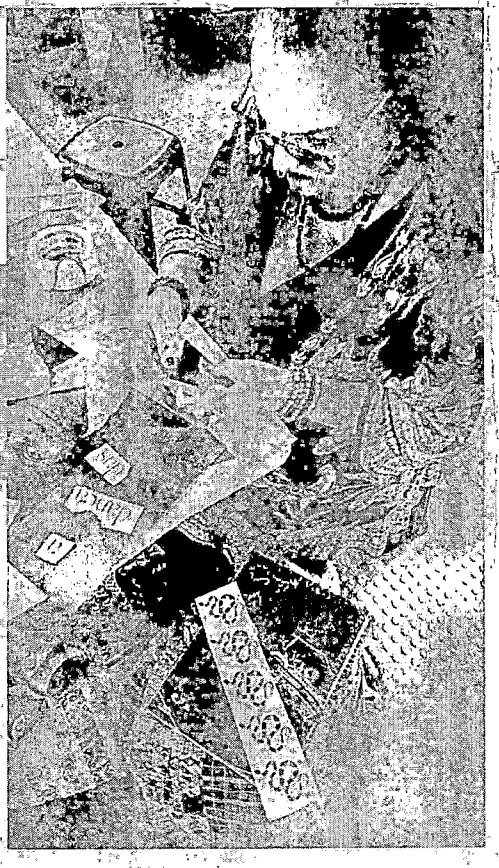
VITAE CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA:11589175000100
Assinado de forma digital por VITAE CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA:11589175000100
Dados: 2024.02.09 12:13:38 -03'00'

Vitae Cursos Profissionalizantes LTDA
CNPJ 11.589.175/0001-00
Fabricio Guilherme da Silva
Proprietário/Representante Legal
RG 34.764.962-2
CPF 228.469.028-95

PORTFÓLIO

OFICINA DE LAMBE LAMBE





ADRIANA E GRAZIELLE TURBAY

QUEM SOMOS

Somos um coletivo social:

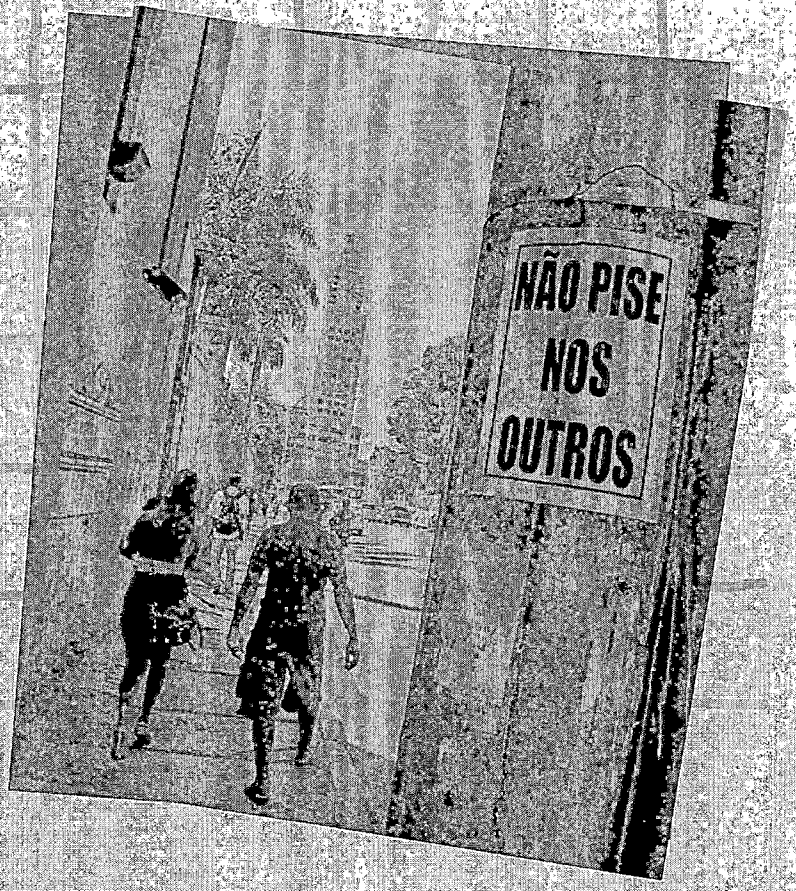
COLETIVO GAIA PRISMA

Irmãs que compartilham um mesmo ideal e lutam por uma mesma causa.
Unimo-nos em torno , da música, dança, poesia, artes visuais, cinema: cultura. Também Politicas Públicas, Garantia de Direitos, Campanhas Temáticas entre outros.
Nossas propostas consideram ampliar olhares e novas ações de melhoria, atendendo comunidades ou programas públicos específicos .
Buscamos em todos os universos que atuamos um melhor lugar para os sujeitos. ----->

O LAMBE LAMBE

Pra começar, vamos com um pouco de história. O lambe-lambe começou a aparecer no século XIX com o surgimento da impressão em massa, o que possibilitou a criação de uma nova maneira de propaganda: o cartaz. Todo tipo de divulgação era feito por meio desses pôsteres, desde eventos, divulgação de produtos e até de política.

Quem fez muito uso desse tipo de mídia foram os circos. Por serem espetáculos itinerantes, precisavam utilizar um veículo de comunicação que tivesse um baixo custo de produção e que fosse de rápida disseminação.



O LAMBE LAMBE

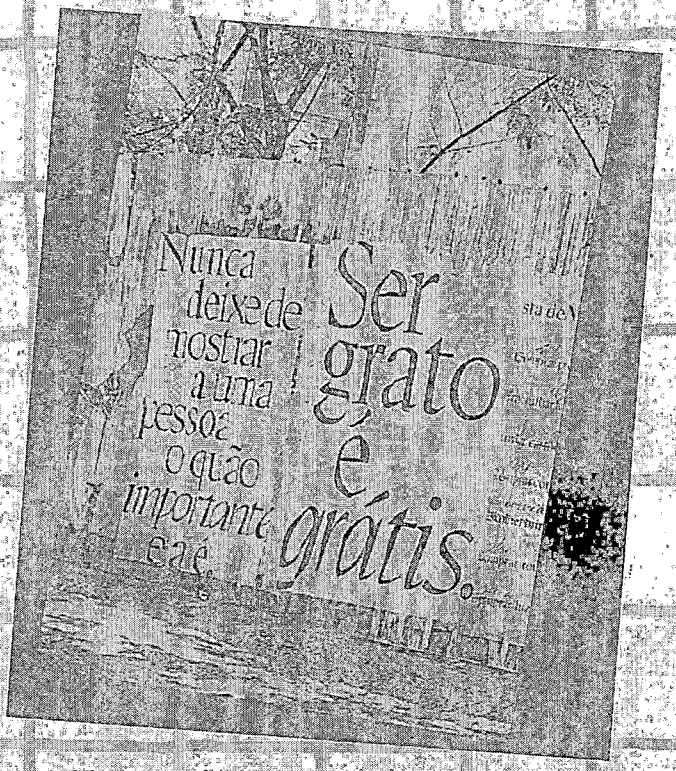
Já no período após a Segunda Guerra Mundial, a utilização desse tipo de poster ressurgiu como forma de protesto. Em apoio à cultura, nessa época a arte de rua se aproveitou do grande alcance da mídia impressa para criar uma categoria própria, que é o que hoje conhecemos como o lambe-lambe.

Por conta disso, muitos artistas começaram a surgir criando arte por meio dessa mídia. Diferentemente do grafite feito com spray ou da arte dos murais, o lambe-lambe possibilitou que eles criassem suas artes com mais calma e se preocupassem apenas com a aplicação dela em locais estratégicos – geralmente, de grande trânsito. Com a colagem dos cartazes, as chances deles serem pegos diminuía bastante.



O LAMBE LAMBE

Hoje em dia, ainda é possível ver o lambe-lambe ser utilizado para publicidade em geral – inclusive para o famoso anúncio de "Trago seu amor de volta em 7 dias" –, mas cada vez mais é usado na decoração, principalmente na que tem uma pegada mais industrial. Nela, os cartazes contém todo tipo de arte, inclusive com várias fotografias editadas e as mais diversas frases – de encorajamento e posicionamento, principalmente.

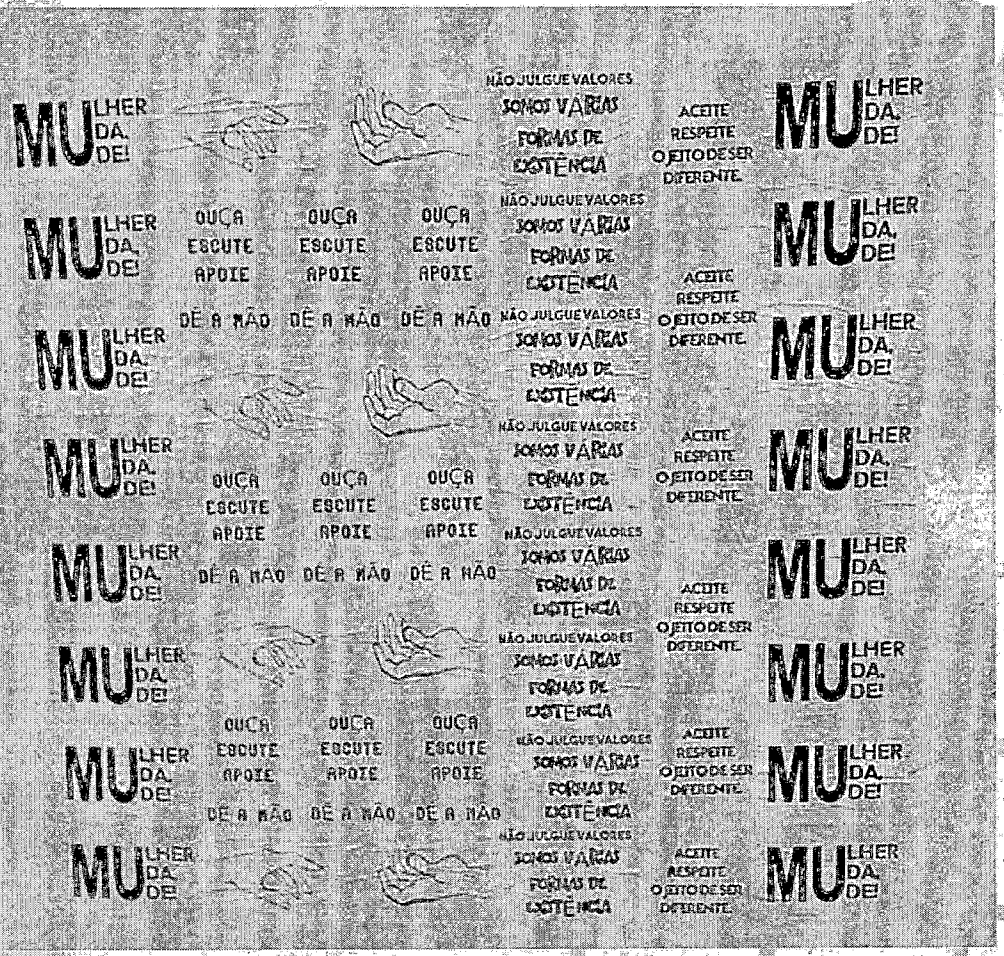


Fonte: do.edu

https://doedu.co/o-que-e-lambe-lambe-como-surgiu-e-dicas-para-decoracao/

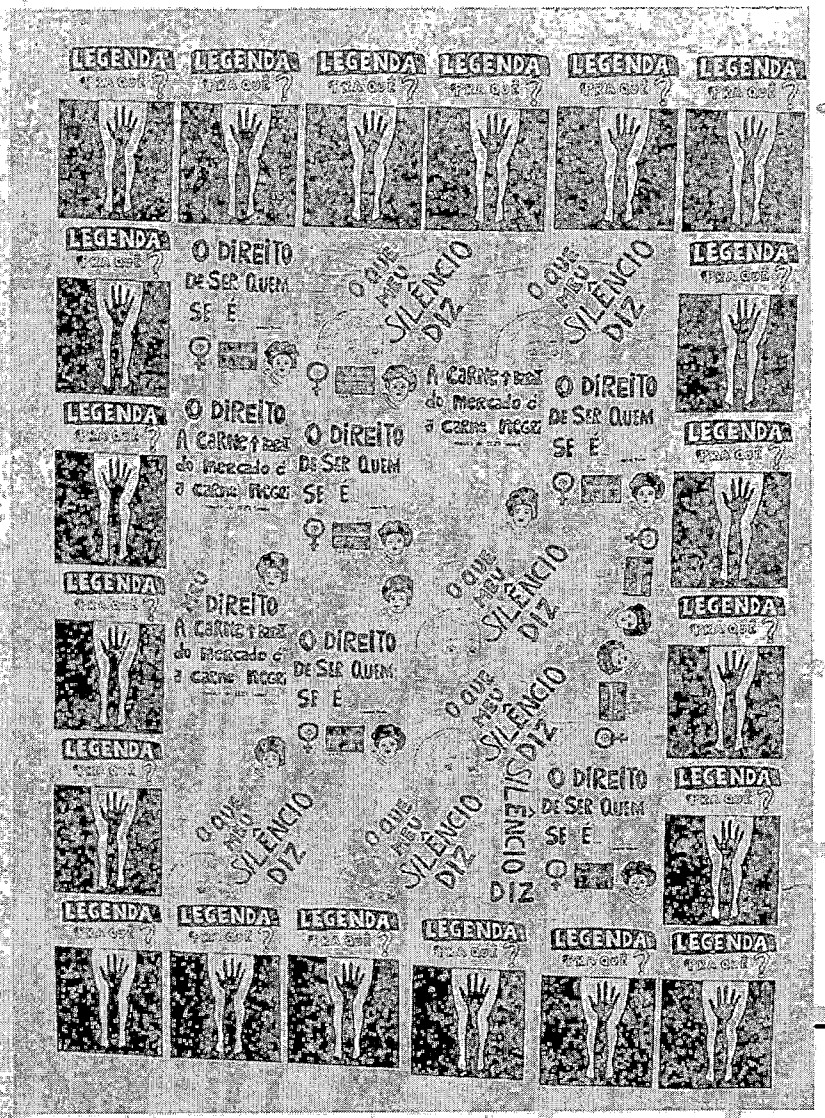
COLETIVO GAIA PRISMA NA PRODUÇÃO DE OFICINAS TEMÁTICAS:

- **Dia Internacional da Mulher**



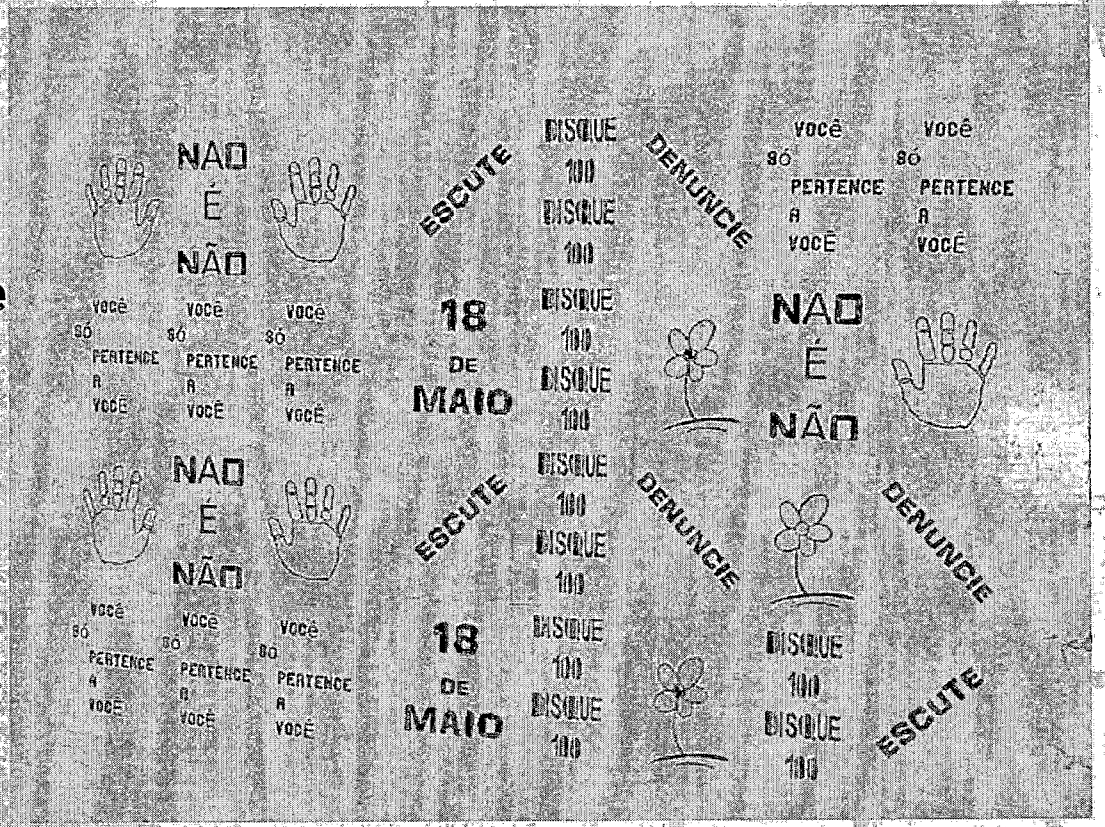
COLETIVO GAIA PRISMA NA PRODUÇÃO DE OFICINAS TEMÁTICAS:

- **Dia Internacional da Mulher**



COLETIVO GAIA PRISMA NA PRODUÇÃO DE OFICINAS TEMÁTICAS:

- 18 de Maio: Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.



COLETIVO GAIA SE APRIMORANDO

O Coletivo Gaia Prisma, no dia 21/04, um Domingo.

Participou de uma Oficina de Lambe Lambe para aprimorar suas técnicas.





COLETIVO GAIA SE APRIMORANDO

O Coletivo Gaia Prisma, no dia 21/04, um Domingo.

Participou de uma Oficina de Lambe Lambe para aprimorar suas técnicas.



REGISTROS:







VAMOS FAZER UMA OFICINA DE LAMBE LAMBE !!!!

MANDE UMA MENSAGEM!!!

PROTOCOLO Nº 3662/2024
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

1) OBJETIVO: Contratação de empresa com profissional para realização de 08 (oito)oficinas com o tema "SERÃO OS ADOLECENTES QUE DARÃO", que possuem como público-alvo prioritário os adolescentes atendidos pelos serviços socioassistenciais do CRAS.

2) MODALIDADE: Inexigibilidade.

3) VALOR MÉDIO ESTIMADO: R$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

4) FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias após emissão de Nota Fiscal.

5) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme LOA 2024

10.003.08.244.0012.2031-33.90.39.00.00 Conta 3610 Fonte 934 ✓

6) RECURSOS ORÇAMENTARIOS:

Saldo Atualizado em 16/07/24 às ____:____ hrs R$ 27.844,48
(X) Há disponibilidade.
( ) Não há disponibilidade.
( ) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação.

José Luiz de Barros
Contador CRC/PR 049922/O-8
Matrícula 35076-1
16/07/2024

7) RECURSOS FINANCEIROS:
(X) Há previsão de recursos financeiros e será incluído na Programação de acordo com a disponibilidade .
( ) Não há previsão recursos financeiros.
( ) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
( ) Necessita suplementação.

8) Declaramos que a análise da regularidade orçamentária e legal foi feita pelo órgão solicitante, de acordo com as informações constantes no processo e epígrafe, em conformidade com o que dispões os Arts. 16 e 17 da LC 101/00.

Silvana Teixeira Jung
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Decreto 229/2023
16/07/2024

DESPACHO PARA INEXIGIBILIDADE

PROTOCOLO Nº 3662/2024

OBJETO: Contratação de empresa com profissional para realização de 08 (oito)oficinas com o tema "SERÃO OS ADOLECENTES QUE DARÃO", que possuem como público-alvo prioritário os adolescentes atendidos pelos serviços socioassistenciais do CRAS

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/21
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
III – Contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

RAZÃO ESCOLHA DO CONTRATADO:
O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS de Piên) é a unidade pública estatal responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), atender prioritariamente às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, nas áreas de vulnerabilidade e risco sociais. Dentre os serviços ofertados pelo CRAS, está o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCF que objetiva desenvolver ações preventivas e proativas, oferecendo à população que vivência situações de vulnerabilidades sociais, novas oportunidades de reflexão acerca da realidade social, contribuindo dessa forma para planejamento de estratégias e na construção de novos projetos de vida. Uma das formas encontradas para se alcançar os objetivos dos grupos do SCFV é através das atividades de natureza artístico-cultural, desportivas, esportivas lúdicas, que funcionam como estratégias para promover a convivência e a ressignificação de experiências conflituosa violentas e traumáticas vivenciadas por muitos usuários. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS) estabelece diversos grupos que devem ser priorizados nos SCFV, como indivíduos pertencentes à famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, pessoas com deficiência, indivíduos atendidos pelos programas socioassistenciais do municípios. Bem como estabelece a organização dos grupos de atendimento conforme faixas etárias, estabelecendo objetivos e temas a serem trabalhados em cada ciclo da vida.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:
O preço está dentro do praticado atualmente no mercado da região.

DOCUMENTOS DO PROCESSO
[x] Requerimento e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.
[x] Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei.
[x] Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido – Informações Orçamentárias e Financeiras.
[x] Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária – Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista.
[x] Autorização da autoridade competente.
[ ] No mínimo 3 (três) orçamentos/cotações.
[x] Contrato Social/Requerimento do empresário/Estatuto.
[ ] Publicação em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, nos termos do art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/21.

66

Piên, 16 de julho de 2024

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Agente de contratação
Decreto nº 24, de 23 de janeiro de 2024

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

67

Protocolo: 3662/2024
Assunto: "contratação de empresa com profissional para realização de 08 (oito) oficinas com o tema "Serão os Adolescentes que Darão", que possuem como público-alvo prioritário os adolescentes atendidos pelos serviços socioassistenciais do CRAS".
Modalidade: Inexigibilidade de licitação
Requerente: Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil

Parecer Jurídico

I – Relatório

Trata-se de consulta jurídica formulada pela Secretaria requerente para "contratação de empresa com profissional para realização de 08 (oito) oficinas com o tema "Serão os Adolescentes que Darão", que possuem como público-alvo prioritário os adolescentes atendidos pelos serviços socioassistenciais do CRAS". O processo veio acompanhado do requerimento da secretaria municipal, estudo técnico preliminar, termo de referência, declaração de existência de dotação orçamentária, consulta de certidões de regularidade fiscal e trabalhista fornecido pela Assessoria de Licitações e Contratos.

II - Passamos a análise jurídica

As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "*ressalvados os casos especificados na legislação*".

Sendo assim, o legislador constitucional já previu que existem situações excepcionais em que mesmo que haja a possibilidade de realizar a concorrência entre licitantes, dadas as circunstâncias ou os custos da licitação, a regra do dever de licitar é dispensada (ou dispensável), conforme o art. 75 da Lei nº 14.133/21, sempre mediante justificativa.

No entanto, a mesma Lei de Licitações prevê outra exceção ao dever de licitar que se dá quando a concorrência não puder ser realizada e, nestes casos, aplica-se então a "regra da inexigibilidade", constante no art. 74 do referido diploma legal, dispõe que: "*É inexigível a licitação quando inviável a competição*".

Cabe esclarecer que a licitação é inexigível quando ocorre, no caso concreto, circunstâncias especiais, de fato ou de direito, previstas em lei, as quais se revelam inviabilizadoras de competição, afastam peremptoriamente a licitação, consubstanciando numa presunção relativa de que a licitação não pode ser realizada em razão do objeto ou em razão da pessoa ou em razão de situações excepcionais.

Quanto ao tema, a legislação preceitua no art. 74, III, da Lei nº 14.133/21, que:

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
> (...)
> III - contratação dos seguintes **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

No caso em tela, a Secretaria requerente juntou documentos comprobatórios da notória especialização da empresa, bem como justificou a sua escolha.

Posto isto, registra-se que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativo, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em seu art. 72 elenca os documentos necessários para a contratação direta através de inexigibilidade:

> Art. 72. **O processo de contratação direta**, que compreende os casos de **inexigibilidade** e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
> I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, **termo de referência**, projeto básico ou projeto executivo;
> II - **estimativa de despesa**, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
> III - **parecer jurídico e pareceres técnicos**, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
> IV - **demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários** com o compromisso a ser assumido;
> V - **comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação** e qualificação mínima necessária;
> VI - **razão da escolha do contratado;**
> VII - **justificativa de preço;**
> VIII - **autorização da autoridade competente.**
> Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

No presente processo administrativo, noto que foram atendidos os requisitos da legislação, em especial, quanto a estimativa da despesa, demonstração da compatibilidade de recursos orçamentários, justificativa da escolha da contratada e documentos de habilitação jurídica fornecidos pela área de licitações e contratos, e requerimento.

A Lei de Licitações estabelece que a realização de licitação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma, neste sentido, foi anexado ao processo a declaração de disponibilidade orçamentária e financeira atestada pelo setor de contabilidade.

Igualmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal, direciona o gestor público a obrigatoriedade de observar a lei orçamentária nos procedimentos licitatórios para que as contratações a serem realizadas estejam incluídas no Plano Plurianual e Lei Orçamentária, vejamos:

> Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)
> I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;
> II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Neste sentido, verifica-se a presença da autorização expressa da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para o início dos trabalhos licitatórios, atestando a existência de recursos e a regularidade orçamentária para contratação.

Por fim, importante mencionar, que o art. 73 da referida Lei de Licitações prevê que se o gestor vier a contratar diretamente fora dos parâmetros e requisitos autorizados expressamente neste diploma, o contratado e o agente público "*responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis*".

Além disso, as irregularidades na contratação poderão configurar crime previsto no art. 337-E do Código Penal e, de maneira solidária, o contratado e o agente público responsável poderão responder pelo eventual dano causado ao erário.

III – Conclusão

Neste sentido, entendemos que o processo em comento atende os princípios insculpidos no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e, diante disso, opinamos pela legalidade da contratação, através de inexigibilidade de licitação em razão da inviabilidade de competição, para atender a demanda e conforme justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil.

Recomendo a área de Licitações que, proceda divulgação em sítio eletrônico oficial do ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, nos termos do parágrafo único do art. 72, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O presente parecer possui caráter meramente opinativo, destinado a dar subsídios a decisão da autoridade a que se destina e cinge-se, exclusivamente, de estudo dos contornos jurídicos, da legislação e jurisprudência em torno do assunto em comento.

S.M.J. É o parecer.

Piên, 16 de julho de 2024.

NAIANY CAROLINE DE ARAUJO
Procuradora Jurídica
OAB/PR 111.206

EDUARDO ARAUJO
Procurador Jurídico
OAB/PR 58.418

PROTOCOLO N° 3662/2024

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 101/2024

Inexigibilidade de Licitação, na forma do Art. 74° caput III, da Lei Federal 14.133/21.

Objeto: Contratação de empresa com profissional para realização de 08 (oito) oficinas com o tema "SERÃO OS ADOLESCENTES QUE DARÃO", que possuem como público-alvo prioritário os adolescentes atendidos pelos serviços socioassistenciais do CRAS.

PESSOA JURÍDICA: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA

CNPJ: 53.213.890/0001-86

VALOR: R$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

Dotação Orçamentária:

10.003.08.244.0012.2031-33.90.39.00.00 – conta 3610 Secretaria de Assistência Social – Fonte 934

Condição de Pagamento: Depósito bancário em até 30 dias após o recebimento da N.F.

Piên/PR, 16 de julho de 2024

Maicon Grosskopf
Prefeito Municipal

Prefeitura de
PIÊN

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Compras e Licitações

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico por este termo, a Inexigibilidade de Licitação **Nº 101/2024**, que tem como objeto Contratação de empresa com profissional para realização de 08 (oito) oficinas com o tema "SERÃO OS ADOLESCENTES QUE DARÃO", que possuem como público-alvo prioritário os adolescentes atendidos pelos serviços socioassistenciais do CRAS, em favor do proponente **GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA_CNPJ: 53.213.890/0001-86** no valor total de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais) com base no caput III do Art. 74, da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores, de acordo com parecer da Procuradoria Jurídica e tendo em vista os elementos que instruem o protocolo administrativo nº 3662/2024

Maicon Grosskopf

Prefeito Municipal

CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 101/2024

PROTOCOLO: 3662/2024

Objeto: Contratação de empresa com profissional para realização de 08 (oito) oficinas com o tema "SERÃO OS ADOLESCENTES QUE DARÃO", que possuem como público-alvo prioritário os adolescentes atendidos pelos serviços socioassistenciais do CRAS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA

CNPJ: 53.213.890/0001-86

VALOR: R$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

AUTORIZAÇÃO 16/07/2024

Art. 4º Fica alterado inciso V do art. 1º do Decreto nº 201, de 03 de outubro de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação e acrescido das alíneas "a" e 'b":

"Art. 1º...
...
V - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil:
Tatiane Andreza Katzer (titular) e Danielli dos Santos (suplente);
Dirlei Aparecida Pieckocz (titular) e Rosangela David dos Santos (suplente);".

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o inciso VI do art. 1º do Decreto nº 201, de 03 de outubro de 2023.

Piên/PR, 16 de julho de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:66C4FA55

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2024

REFERENTE A DISPENSA Nº 030/2024

1º ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN/PR E A EMPRESA MCM LOCAÇÕES LTDA - ME

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado nesta cidade, assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111206/PR, em conjunto com a Secretária Municipal de Saúde, **MAYARA APARECIDA DE ALMEIDA GROSSKOPF**, portadora do CPF nº 096.528.569-32, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro **MCM LOCAÇÕES LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.533.095/0001-01, com endereço na Rua Cônego Rocha Franco, 266, Bairro Gutierrez em Belo Horizonte/MG, CEP: 30441-045, fone: (31) 3046-8102, e-mail: gilberto.pessoa@grupocmdsaude.com.br; neste ato representado pelo Sr. **Gilberto de Faria Pessoa Moreira**, inscrito no CPF sob nº 068.353.546-31, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem **FIRMAR TERMO ADITIVO** ao Contrato nº 037/2024, nos termos da Lei nº 14.133/21 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: O prazo de vigência e execução fica prorrogado em 30 (trinta) dias.
Cláusula Segunda: Em razão da prorrogação o valor do contrato fica acrescido em R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Cláusula Terceira: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên/PR, 16 de julho de 2024.

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:F887CFCF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 101/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

73

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 101/2024

PROTOCOLO: 3662/2024

Objeto: Contratação de empresa com profissional para realização de 08 (oito) oficinas com o tema "SERÃO OS ADOLESCENTES QUE DARÃO", que possuem como público-alvo prioritário os adolescentes atendidos pelos serviços socioassistenciais do CRAS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA
CNPJ: 53.213.890/0001-86
VALOR: R$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

AUTORIZAÇÃO 16/07/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:62B88B06

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.º 240/2024

DECRETO N.º 240/2024

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2024 no total de R$ 95.850,00.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1530 e 1531 de 11 de dezembro de 2023 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2024, na importância de R$ 95.850,00, mediante as seguintes providências:

Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	
04.001	PLANEJAMENTO, OBRAS E URBANISMO	
04.121.0004.2007	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO OBRAS E URBANISMO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
980	00000-Recursos Ordinários (Livres)	45.850,00
	SUBTOTAL	45.850,00
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
07.002	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
20.606.0008.2017	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1770	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
	TOTAL	95.850,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....		95.850,00

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

O Provável Excesso de Arrecadação por Fonte de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Prefeitura Municipal de Piên
Estado do Paraná

CONTRATO Nº 075/2024
REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 101/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado nesta cidade, assistido pela Procuradora Jurídica Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111.206/PR em conjunto com a Secretária Municipal de Assistência Social Sra. Katia Regina Rudnick Cavalheiro, portadora do CPF nº 003.911.769-35, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro a empresa **GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 53.213.890/0001-86, com endereço na Rua Virgilio Gomes Pinheiro, 31, Bairro Guabirotuba, em Curitiba/PR, CEP: 81520-320, fone: (41) 99901-5345, e-mail: drisatva@hotmail.com; neste ato representada pela Sra. **Grazielle da Silva Turbay**, inscrita no CPF sob nº 017.316.819-17, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato, nos termos do artigo 89 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, resoluções e demais normas vigentes e aplicáveis ao objeto da presente contratação, decorrente da **INEXIGIBILIDADE Nº 101/2024** devidamente homologada pelo CONTRATANTE mediante as cláusulas expressas a seguir, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades de ambas as partes:

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (Art. 92, Lei 14.133/2021)

Cláusula primeira: O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa com profissional para realização de 08 (oito) oficinas com o tema "SERÃO OS ADOLESCENTES QUE DARÃO", que possuem como público-alvo prioritário os adolescentes atendidos pelos serviços socioassistenciais do CRAS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de 08 (oito) oficinas a ser desenvolvida pela empresa GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA - CNPJ: 53.213.890/0001-86, com o tema "SERÃO OS ADOLECENTES QUE DARÃO" As oficinas ocorrerão entre os meses de agosto a dezembro na sede do CRAS de Piên. A atividade será destinada prioritariamente aos adolescentes dos serviços socioassistenciais do CRAS, abordando os seguintes assuntos: - Expressão emocional - Autoconhecimento, desenvolvimento e aprimoramento das habilidades emocionais. - Estímulos a reflexão e insights - Existência ancorada no século XXI No valor do serviço devem estar inclusos despesas com alimentação, diárias, combustível e demais despesas referentes ao deslocamento e permanência dos profissionais que irá realizar as oficinas.	UN	08	R$ 1.750,00	R$ 14.000,00

Prefeitura Municipal de Piên
Estado do Paraná

CRONAGRAMA DAS OFICINAS	
1º encontro	- Apresentação individual. - Início do livro. - Palavra-chave e instalação/mural.
2º Encontro	- Livro. - Individualidades: Customização (boné, camiseta, tiara...) - Percussão. - Ciranda
3º Encontro	- Livro - Lambe lambe
4º Encontro	- Livro - Mesa das sensações / mesa dos sentidos - Dança circular
5º Encontro	- Livro - Letramentos: Poesia, ancestralidade, etc
6º Encontro	- Livro - Estêncil
7º Encontro	- Livro - Horta / agricultura urbana
8º Encontro	- Colagem - Autoimagem - Fechamento

Parágrafo Primeiro: Integra e completa o presente Termo Contratual, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Termo de Referência da **INEXIGIBILIDADE Nº 101/2024** e suas documentações complementares, anexos a este Contrato e devidamente assinado pela parte CONTRATANTE, bem como a proposta do contratado, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a este contrato e a assinatura da CONTRATADA, definir sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o **CONTRATADO** a assumir todas as exigências presentes nos termos retro mencionados.

Parágrafo Quarto: Ao assinar a presente contratação o **CONTRATADO** atesta conformidade com a cessão de direitos sobre o item objeto desta Inexigibilidade ao **Órgão Contratante**.

DA ENTREGA E RECEBIMENTO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

Cláusula Segunda: LOCAL: CRAS de Piên - Rua Campo Grande, 36, Avencal, Piên-PR.
PRAZO: As oficinas aconteceram entre a segunda quinzena de agosto até a primeira quinzena de dezembro de 2024 em data a serem agendadas, realizadas na sede do CRAS às 13 horas.

Parágrafo Primeiro: Será de total responsabilidade da empresa contratada os fornecimentos de todos os materiais necessários para a elaboração e execução do objeto. Todos os produtos/serviços e seus quantitativos deverão obedecer às especificações do termo de referência da **INEXIGIBILIDADE Nº 101/2024**

DA FISCALIZAÇÃO (Art. 140, Lei 14.133/2021)

Cláusula Terceira: Fica designada como fiscal do contrato a servidora Letícia Inez Schroth Gabardo, Assessora de área III - Matrícula 4765780.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 140 da Lei nº 14133/21.

Parágrafo Segundo: O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos,

determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA E CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO

Cláusula Quarta: O contrato firmado entre as partes terá vigência até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado para fins administrativos.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA se compromete a fornecer os produtos/serviços durante o prazo da vigência do Contrato;

Parágrafo Segundo: A execução do contrato deverá ser iniciada mediante ordem de fornecimento emitida pelo fiscal do contrato designado pela Secretaria solicitante;

Parágrafo Terceiro: A execução do contrato antes de emitida a ordem de fornecimento, nos termos do parágrafo anterior, é de responsabilidade única e exclusiva do CONTRATADO, não obrigando a CONTRATADA a adiantar os pagamentos.

Parágrafo Quarto: No caso de execução antecipada, antes da ordem de fornecimento ser emitida, nos moldes do parágrafo sexto, quando houver a existência de recursos vinculados, a CONTRATADA, desde logo, fica ciente de que o pagamento dos valores atrelados a receitas vinculadas somente será efetuado quando o recurso financeiro estiver disponibilizado em caixa da prefeitura, correndo por sua conta e risco a execução antecipada do contrato.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 141, Lei 14.133/2021).

Cláusula Quinta: O valor total do contrato é de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais) no qual se inclui todos os tributos, diretos ou indiretos, sobre a execução do objeto.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Parágrafo Segundo: Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Terceiro: Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

Parágrafo Quarto: Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (Lei Federal 14.333/2021).

Parágrafo Quinto: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, manutenção, instalação, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, inclusive todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

Parágrafo Sexto: Nos termos do Decreto Municipal nº 157/2023, a administração contratante procederá a retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas na fonte tanto para bens quanto prestação de serviços, inclusive obras de construção civil, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor conforme Instrução Normativa nº 1234, de 2012 da Receita Federal do Brasil.

Andelise
Poetícia

DO REAJUSTE

Cláusula Sexta: Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do presente termo contratual.

Parágrafo Primeiro: Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Parágrafo Segundo: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro: No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo Quarto: Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Parágrafo Quinto: Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sexto: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Sétimo: O reajuste será realizado por apostilamento.

DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 141, V, Lei 14.133/2021).

Cláusula Sétima: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do crédito indicado pelo código: 10.003.0824400122031.33.90.39.00.00 – Conta de despesa 3610 – Fonte de Recurso 934.

DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula Oitava: Constitui direitos de o MUNICÍPIO receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

A CONTRATADA obriga-se a seguir o disposto no Contrato;

a) Efetuar a entrega do serviço nas condições, no(s) prazo(s) e no(s) local(is) indicados pela Secretaria/Órgão solicitante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da Proposta.
b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
c) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;
d) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;
e) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de

Referência, edital ou na minuta de contrato;

h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Parágrafo Segundo – Constitui obrigações da CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
g) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
i) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Título IV, Capítulo I, Lei 14.133/2021)

Cláusula Nona: Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Cláusula Décima: Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Parágrafo Primeiro: **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Parágrafo Segundo: **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g" da cláusula nona deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Amadeu
Leticia

Parágrafo Terceiro: **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" da cláusula nona deste contrato, bem como nas alíneas "b", "c", "d",

"e", "f", e "g", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quarto: Multa:
I – **Moratória:**
a) Moratória de 3 % (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite de 20 (vinte) dias;
b) Moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 10 (dez) dias, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
c) Moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor integral do contrato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias, pela inobservância do prazo fixado pelo fiscal do contrato para sanar alguma irregularidade do objeto contratual e/ou apresentação de documentação solicitada.
d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

II – **Compensatória:**
a) Para a infração descrita na alínea "a" da cláusula nona, a multa compensatória será de 8% (oito por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.
b) Para a infração descrita na alínea "b" da cláusula nona, a multa compensatória será de 15% (quinze por cento) a 30% do valor do contrato.
c) Para a infração descrita na alínea "c" da cláusula nona, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) a 30% do valor do contrato.
d) Para a infração descrita na alínea "d" da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
e) Para as infrações previstas nas alíneas "e"; "f"; e "g" da cláusula nona, a multa compensatória será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato.
f) Para as infrações previstas nas alíneas "h"; "i"; "j"; "k"; e "l" da cláusula nona, a multa compensatória será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Quinto: A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante, nos moldes do previsto no artigo 156, parágrafo 9.º da Lei n.º 14.133, de 2021.
Parágrafo Sexto: Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme previsto no artigo 156, parágrafo 7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
Parágrafo Sétimo: Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos moldes do disposto no artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021.
Parágrafo Oitavo: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
Parágrafo Nono: Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
Parágrafo Décimo: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Parágrafo Décimo-Primeiro: Na aplicação das sanções serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração cometida.
II – as peculiaridades do caso concreto.
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
IV – os danos que dela provierem para o contratante.
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Parágrafo Décimo-Segundo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
Parágrafo Décimo-Terceiro: A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que

utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
Parágrafo Décimo-Quarto: Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Décimo-Quinto: O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décimo-Sexto: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

DOS CASOS DE RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO (Arts. 104 e 137, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima-Primeira: O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Primeiro: O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Segundo: O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. Nesta hipótese, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro: Caso a notificação da não-continuidade do contrato, nos termos do parágrafo anterior, ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data de comunicação.

Parágrafo Quarto: O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

Parágrafo Quinto: A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Sexto: No caso do parágrafo anterior, se a modificação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto: O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
I – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
II – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
III – Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo: A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (artigo 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Parágrafo Oitavo: O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de

Prefeitura Municipal de Piên
Estado do Paraná

natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Art. 75, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Segunda: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133 de 01/04/2021, suas alterações e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, Código de Defesa do Consumidor, Código Civil a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie do Município de Piên/Pr.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direitos.

DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO (Art. 89, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Terceira: Fica o CONTRATADO obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

DO FORO (Art. 89 § 1º, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Quarta Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

DO FORO (Art. 89 § 1º, Lei 14.133/2021).

Cláusula Décima Quinta: Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Piên/PR, 18 de julho de 2024

MAICON GROSSKOPF
Prefeito
CONTRATANTE

GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA:53213890000186 Assinado de forma digital por GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA:53213890000186 Dados: 2024.07.18 14:37:48 -03'00'

GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA
CONTRATADO

NAIANY CAROLINE DE ARAUJO
Procuradoria Jurídica
OAB/PR 111206

KATIA REGINA RUDNICK CAVALHEIRO
Secretária de Assistência Social e Defesa Civil
Decreto nº 05/2021

TESTEMUNHAS:
Nome: Letícia Inez Schroth Gabardo Assinatura: Letícia Inez Schroth Gabardo

Nome: Anderleia Diana Cardoso das Neves Assinatura: Anderleia Diana Cardoso

Objeto: Aquisição de materiais médico-hospitalares de uso na rotina da Secretaria Municipal de Saúde, que ficaram desertos ou fracassados no Pregão 006/2024.

Valor: R$ 25.646,45 (vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta e cinco centavos)

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação.

Data de assinatura: 15 de julho de 2024.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.

Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:304C20DB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 074/2024

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 074/2024

MODALIDADE: REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 045/2024

Contratado: METROMED COM. DE MAT. MEDICOS HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 83.157.032/0001-22

Objeto: Aquisição de materiais médico-hospitalares de uso na rotina da Secretaria Municipal de Saúde, que ficaram desertos ou fracassados no Pregão 006/2024.

Valor: R$ 1.826,76 (mil oitocentos e vinte seis reais e setenta e seis centavos)

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação.

Data de assinatura: 15 de julho de 2024.

82

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.

COMPRAS E LICITAÇÕES

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:D78FBDF0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO Nº 075/2024

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 075/2024

MODALIDADE: REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 101/2024

Contratado: GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA

CNPJ: 53.213.890/0001-86

Objeto: Contratação de empresa com profissional para realização de 08 (oito) oficinas com o tema "SERÃO OS ADOLESCENTES QUE DARÃO", que possuem como público-alvo prioritário os adolescentes atendidos pelos serviços socioassistenciais do CRAS.

Valor: R$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

Prazo de Vigência: até 31 de dezembro de 2024

Data de assinatura: 18 de julho de 2024.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.

Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:F9EC34C9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2023

MUNICIPIO DE PIEN - PR

CNPJ: 76002666000140 IE: ISENTO
Endereço: RUA AMAZONAS, 373 - PREDIO PREFEITURA CEP: 83860000 Cidade: Piên
Fone: 41 36321136 Fax: (41)3632-1148

NOTA DE EMPENHO

Número	Tipo	Emitido em	Requisição Nº	Req. Compra Nº
6448/2024	Ordinário	25/07/2024	4234	73210

Licitação

Tipo	Número
Processo inexigibilidade	101/2024 de 16/07/2024

Contrato/Aditivo

Sequência	Contrato	Aditivo	Início da vigência	Fim da vigência	Fim da vig. atualizada	Início da execução	Fim da execução	Fim da exe. atualizada
4310	75/2024 - SIM-AM: 752024		25/07/2024	31/12/2024		25/07/2024	31/12/2024	

Credor

Fornecedor	Matrícula	CPF/CNPJ
GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA	37934-4	53.213.890/0001-86

Endereço	Bairro
TRAVESSA VIRGÍLIO GOMES PINHEIRO, 31	GUABIROTUBA

Cidade/UF	CEP	Fone	Tipo de conta bancária	Banco	Agência	Conta
Curitiba/PR	81520-320	4132254430	Conta Corrente	260	1	556371506-1

Classificação da despesa

10 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL
10.003 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0012.2031 PROGRAMAS FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.39.05.00 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS
3610 00934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS
Do Exercício

Saldo anterior	Valor empenhado	Saldo atual
R$ 24.344,48	**R$ 14.000,00**	R$ 10.344,48

Outras informações

Histórico

Código	Nome	Marca	UM	Quantidade	Valor	Valor total
27451	Contratação de 08 (oito) oficinas a ser desenvolvida pela empresa GRAZIELLE S TURBAY ASSESSORIA E CURSOS LTDA - CNPJ: 53.213.890/0001-86, com o tema 'SERÃO OS ADOLECENTES QUE DARÃO' As oficinas ocorrerão entre os meses de agosto a dezembro na sede do CRAS de Piên. A atividade será destinada prioritariamente aos adolescentes dos serviços socioassistenciais do CRAS, abordando os seguintes assuntos: - Expressão emocional - Autoconhecimento, desenvolvimento e aprimoramento das habilidades emocionais. - Estímulos a reflexão e insights - Existência ancorada no século XXI No valor do serviço devem estar inclusos despesas com alimentação, diárias, combustível e demais despesas referentes ao deslocamento e permanência dos profissionais que irá realizar as oficinas.		SERV	8,0000	1.750,0000	14.000,00

Certidão	Número	Validade
CERTIDÃO DÉBITOS TRABALHISTAS	40728855/2024	08/12/2024
CERTIDÃO FGTS	2024071106116191189451	10/08/2024
CERTIDÃO UNIFICADA - RFB/PGFN	4576.F506.D348.A943	05/10/2024

AS OFICINAS ACONTECERAM ENTRE A SEGUNDA QUINZENA DE AGOSTO ATÉ A PRIMEIRA QUINZENA DE DEZEMBRO DE 2024 EM DATAS A SEREM AGENDADAS. REALIZADAS NA SEDE DO CRAS.

Forma de pagamento: EM ATE 30 DIAS
Local de entrega: CRAS DE PIÊN - RUA CAMPO GRANDE, 36 - AVENCAL, PIÊN /PR

MUNICIPIO DE PIEN - PR

CNPJ: 76002666000140 IE: ISENTO
Endereço: RUA AMAZONAS, 373 - PREDIO PREFEITURA CEP: 83860000 Cidade: Piên
Fone: 41 36321136 Fax: (41)3632-1148

NOTA DE EMPENHO

Número	Tipo	Emitido em	Requisição Nº	Req. Compra Nº
6448/2024	Ordinário	25/07/2024	4234	73210

Katia C Fragoso.

KATIA REGINA RUDNICK CAVALHEIRO FRAGOSO

